

Raimundo Colombo (E, ao lado de Adelmir Santana) e Arthur Virgílio elogiaram vitória de Obama



Eleição de Obama é saudada em Plenário

Senadores comentaram a vitória de Barack Obama na eleição presidencial americana, ocorrida na semana passada.

página 12

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV — Nº 2.920/197 — Brasília, 10 a 16 de novembro de 2008

EDIÇÃO SEMANAL 

MP dos bancos e Fundo Soberano são prioridade

Medida provisória que permite ao Banco Central assumir carteiras de crédito de instituições financeiras pode trancar a pauta no dia 20. Garibaldi diz que as MPs anticrise, como a que cria o Fundo Soberano, passarão com rapidez

páginas 4 e 5

cidadania

Zumbido pode significar perda de audição

Milhões de brasileiros ouvem zumbidos, sintoma de que é hora de procurar um médico. A prevenção, principalmente em crianças, permite resolver o problema na maioria dos casos. Também é preciso cuidado ao usar aparelhos sonoros como os de mp3.

página 16

e mais...

AGENDA

página 2

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR

página 15

Lista de obras irregulares aponta desvios de 2,8 bi

páginas 8 e 9



Ponte sobre o rio Itacutu, em Roraima, teve irregularidades apontadas pelo TCU. Travessia entre uma margem e outra continua sendo feita de barco

DIANA WITT / FLICKR

INSS

Recomposição a aposentados passa na CAS

página 11

Senadores criticam ação contra piso para professor

Ideli Salvatti e Cristovam Buarque condenam governadores que entraram com ações para derrubar o mínimo de R\$ 950 para os professores.

página 2

negócios

Empreendedor deve receber benefício legal

página 10



debates

Ideli critica ação contra piso salarial de professor

Conforme a senadora, é uma afronta a ADI impetrada por cinco governadores. Cristovam Buarque também condenou a iniciativa

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), classificou “de afronta” a decisão de cinco governadores de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) ação de inconstitucionalidade contra a lei que fixa o valor do piso salarial dos professores em R\$ 950, a partir de janeiro de 2010.

– É necessário que a população saiba os nomes e os partidos dos governadores que assinaram a ação contra o piso. São eles: Yeda Crusius (RS), do PSDB, que encabeça a lista; Cid Gomes (CE), do PSB; e André Puccinelli (MS), Roberto Requião (PR) e Luiz Henrique (SC), do PMDB. Cristovam Buarque (PDT-DF)



Ideli citou os governadores que assinaram a ação de inconstitucionalidade e os que apoiaram a medida: “É preciso que a população saiba o nome deles”

também criticou os governadores, que argumentam ser o piso inconstitucional por determinar que, para oito horas de trabalho, o professor dará seis horas de

aula.

– Seis horas de aula já é um exagero. Imaginem se nós, senadores, tivéssemos que falar seis horas por dia nesta tribuna.

FORTE DE COPACABANA

Paulo Duque (PMDB-RJ) protestou contra um desfile de moda realizado no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Para ele, o local possui “uma história brilhante e não poderia ser utilizado para um ato festivo e até leviano”.

– É uma agressão à história brasileira e aos compatriotas que lutaram pela pátria.

SEGURANÇA PÚBLICA

A realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, em agosto de 2009, em Brasília, foi destacada por Serys Shlessarenko (PT-MT). A senadora elogiou o presidente Lula pelo evento, que ordenará as ações da segurança pública no Brasil com a participação da sociedade civil.

Mozarildo protesta contra demarcação de área em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) renovou suas críticas à demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Ele considera a região alvo de cobiça estrangeira.

– Agora estamos diante de um fato concreto: a Polícia Federal prendeu dois norte-americanos dentro da reserva, que entraram na área sem autorização das autoridades. Afirmando que demarcar essa reserva numa região potencialmente rica em minérios foi um ato inconseqüente e insano do governo federal.

Apresentação de emendas ao Orçamento de 2009 já começou

Foi aberto, na quinta-feira, o prazo para a apresentação de emendas individuais ou coletivas ao projeto de lei orçamentária de 2009.

Antes de serem apreciadas pelos relatores setoriais, as sugestões encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO) podem ser rejeitadas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Até o dia 19, o relatório do Comitê sobre as emendas deverá ser entregue à Secretaria da CMO, para votação no dia seguinte.

Os relatórios setoriais de todas as dez áreas temáticas em que

se divide o projeto de lei orçamentária deverão ser entregues à CMO até o dia 28. O presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), considerou fundamental a observação dessa data limite, para que a lei orçamentária seja votada pelo Congresso até 22 de dezembro.

Na quarta-feira passada, a comissão aprovou o relatório preliminar elaborado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS).

O texto elevou o valor das emendas individuais de parlamentares de R\$ 8 milhões para R\$ 10 milhões.

INCENTIVOS FISCAIS

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) anunciou em Plenário na sexta-feira que estuda a possibilidade de ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a não-liberação de emendas ao Orçamento da União de sua autoria.

– Isso é uma crueldade que o governo federal faz a pessoas de municípios do meu estado com relação às emendas que aloco – afirmou Mesquita Júnior, ao lamentar que somente os parlamentares que “rezam pela cartilha do governo federal têm suas emendas liberadas”.

Mesquita Júnior também anunciou a publicação do livro “Brava Gente Acreana”, que conta a vida daqueles que ajudaram a construir o Acre.

MUSSA DEMES

Em atendimento ao artigo 220 do Regimento Interno, o 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), cancelou a sessão de quinta-feira em luto pelo falecimento, aos 68 anos, do deputado Mussa Demes (DEM-PI), na noite do dia anterior, devido a um câncer no pulmão. Apresentaram requerimentos de votos de pesar o presidente da Casa, Garibaldi Alves, e os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (DEM-RN), Mão Santa (PMDB-PI) e João Vicente Claudino (PTB-PI), além de outros senadores signatários.

ERRATA

Na edição passada (nº 2.915/196), foi publicado, na página 5, um mapa com os partidos que conquistaram as capitais. Nele, a posição de Florianópolis (SC), foi trocada pela de Curitiba (PR). Belém (PA) e Teresina (PI) saíram com a grafia errada. E o Distrito Federal foi equivocadamente listado entre as prefeituras.

Senado homenageia Antônio Vieira

O Plenário homenageou terça-feira o quarto centenário de nascimento do Padre Antônio Vieira (1608-1697), nascido em Portugal e que se mudou para o Brasil aos 7 anos em 1614. A sessão especial foi requerida pelo senador Marco Maciel (DEM-PE) e contou com a presença do embaixador português no Brasil, Francisco Seixas da Costa, entre outros convidados.

comissões

Segunda-feira

9h – ORÇAMENTO

Participação – Audiência pública, na Assembléia Legislativa da Bahia, debaterá a proposta orçamentária de 2009.

9h – DIREITOS HUMANOS

Igualdade racial – O negro no Brasil será tema de audiência pública, que deve contar com a presença dos deputados Carlos Santana (PT-RJ), presidente da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial da Câmara, e Janete Pietá, presidente do Núcleo de Parlamentares Negros; do fundador da Educafro, frei David Santos; e do presidente do Instituto Brasil África, Saul Dorval da Silva.

Terça-feira

9h – ORÇAMENTO

Participação – Última audiência pública regional para discutir a proposta orçamentária de 2009, na Assembléia Legislativa do Tocantins.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Cadastro informativo – Comissão examina o Projeto do Sacoleiro, entre outros 15 itens em pauta.

10h – INFRA-ESTRUTURA

Orçamento – Discussão e votação de emendas da comissão à proposta orçamentária de 2009.

10h – DIREITOS HUMANOS

Orçamento – Discussão e votação de emendas da comissão à proposta orçamentária de 2009

10h30 – EDUCAÇÃO

Homenagem – O educador Anísio Teixeira será lembrado com palestra de Zuleide Araújo Teixeira.

11h – EDUCAÇÃO

Residência educacional – Podem ser votados 21 itens, entre os quais três que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Um deles institui a residência educacional a professores da educação básica; outro torna obrigatório o ensino da Língua Brasileira de

Sinais (Libras) na educação infantil e no ensino fundamental; e o terceiro cria o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica.

17h – ORÇAMENTO

2009 – Reunião do relator-geral da proposta orçamentária de 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS), com os relatores setoriais, os coordenadores de bancadas estaduais e o colegiado de líderes partidários.

Quarta-feira

9h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Diabetes – Audiência discutirá os avanços tecnológicos na cura do diabetes tipo 2 com o especialista Cid Pitombo.

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

Orçamento – Discussão e votação de emendas da comissão à proposta orçamentária de 2009.

10h – AGRICULTURA

Orçamento – Discussão e votação

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não-deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Remuneração – A pauta de votações está trancada por dois projetos de lei de conversão (originários de MPs) que reestruturaram a composição remuneratória das carreiras de auditor da Receita Federal, auditor fiscal do Trabalho, oficial de Chancelaria e assistente de Chancelaria.

Quarta-feira

10h – Sessão Especial

Cirurgia plástica – Será lembrado o 60º aniversário da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

de emendas da comissão à proposta orçamentária de 2009.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Aposentados – Votação, em turno suplementar, do projeto que atualiza os valores das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social. Pode ainda ser apreciado projeto que assegura

aos empregados a escolha do banco e agência para receber o salário.

Quinta-feira

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS
Orçamento – Discussão e votação de emendas da comissão à proposta orçamentária de 2009.

decisões

União autorizada a emprestar R\$ 15 bilhões ao BNDES

A Medida Provisória 439/08, que autorizou a União a emitir R\$ 15 bilhões em títulos públicos e emprestar o dinheiro ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi aprovada pelo Plenário. É a segunda vez nos últimos meses que o governo concede empréstimos ao banco, para reforçar sua capacidade de financiamento. O primeiro empréstimo foi de R\$ 12,5 bilhões (MP 414/08), já votada e transformada em lei.

Ao justificar o novo empréstimo ao BNDES, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Indústria e

Comércio Exterior, Miguel Jorge, informaram que no biênio 2009/2010 o banco deverá emprestar R\$ 200 bilhões, por isso precisa aumentar sua capacidade para bancar projetos.

A MP também revogou a MP 437/08, que transformava a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura. O governo decidiu pela revogação porque a oposição não aceitava criar ministério por meio de MP e passou a obstruir as votações na Câmara em agosto. O governo já enviou projeto de lei sobre o assunto.

Prorrogados até 2009 incentivos fiscais para cerveja

Foi adiada de 1º de outubro de 2008 para 1º de janeiro de 2009 a vigência de incentivos tributários para o setor das chamadas bebidas frias (cerveja, refrigerante e água). Os tributos incluídos são IPI, PIS/Pasep e Cofins. É o que prevê o PLV 25/08, aprovado pelo Plenário na semana passada. Pelo texto, o Executivo poderá estabelecer alíquota específica mínima por produto, marca de produto ou tipo de embalagem.

Senado acata MP que torna real moeda internacional

Os senadores aprovaram a MP 435/08, que autoriza o Banco Central a tomar medidas para permitir que bancos estrangeiros aceitem remessas em reais, solicitadas em seus países por pessoas que querem fazer algum pagamento no Brasil. Para que a internacionalização do real se concretize, o Banco Central foi autorizado a abrir contas e depositar reais em bancos centrais de outros países ou em bancos estrangeiros.

Arthur Badin tem nome aprovado para presidir o Cade

A indicação presidencial do advogado Arthur Badin para o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça foi ratificada pelo Plenário. Ele ocupará a vaga decorrente do término do mandato de Elizabeth Maria Mercier Querido Farina. Badin era, até então, procurador-geral do Cade. Ele formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo e especializou-se em Defesa da Concorrência e Regulação.

Liberados recursos para compensar perdas da Lei Kandir

Doze projetos de lei de abertura de créditos suplementares e sete pedidos de abertura de créditos especiais, no valor global de R\$ 6,08 bilhões, foram aprovados pelo Plenário do Congresso Nacional. Um dos mais importantes (PL 27/08-CN) libera R\$ 1,3 bilhão para estados, Distrito Federal e municípios, destinados a compensar as perdas decorrentes da aplicação da Lei Kandir de incentivo às exportações.



Líderes partidários no centro do Plenário do Senado: sessão de quarta-feira aprovou muitas MPs e projetos de conversão

Doações ambientais isentas de PIS e Cofins

Medida vale para as contribuições em dinheiro para prevenção e combate ao desmatamento feitas diretamente aos bancos federais

As doações em dinheiro recebidas por bancos federais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros não serão taxadas com o Programa de Integração Social (PIS/Pasep) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

É o que determina o PLV 26/08 – proveniente da MP 438/08, modificada na Câmara dos Deputados –, aprovado no Plenário do Senado. A matéria

vai à sanção presidencial.

A destinação das doações deve ser feita no prazo máximo de dois anos, contado do mês seguinte ao do recebimento da doação, e os recursos poderão ser utilizados no desenvolvimento de ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável de biomas em outros países tropicais.

Os três bancos deverão manter registro que identifique o doador e criar uma contabilidade separada, em contas específicas, para tais entradas de recursos, bem como especificar os custos e as despesas relacionados ao recebimento e à destinação dos

recursos.

– É uma iniciativa pioneira que abre um conjunto de possibilidades para que no Brasil se tenha o que já é conquista em vários países do mundo, uma espécie de mecenato para a questão ambiental – comemorou a senadora Marina Silva (PT-AC).

A MP, relatada pelo senador João Pedro (PT-AM), foi regulamentada por dois decretos do Poder Executivo. O primeiro (Decreto 6.527/08) cuida das doações feitas ao BNDES e prevê a criação do Fundo Amazônia; o segundo (6.565/08) estende as regras do primeiro decreto para as demais instituições financeiras controladas pela União.

RECICLAGEM EM DEBATE

A Subcomissão sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos, ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), vai realizar debate sobre a reciclagem de lixo no Brasil que terá como convidados o ministro das Cidades, Márcio Fortes, e o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Danilo Forte. O requerimento para realização da audiência pública, ainda não marcada, foi dos senadores Cícero Lucena (PSDB-PB), presidente da subcomissão, Augusto Botelho (PT-RR) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO

A comissão temporária do Senado que avalia as obras de transposição e revitalização do rio São Francisco realizará audiência pública, a ser marcada, para ouvir os presidentes dos comitês estaduais de defesa da transposição e os deputados estaduais que acompanham essas obras. A ideia partiu do senador Cícero Lucena (PSDB-PB). A relatora da comissão, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), disse ser importante estar em sintonia com os comitês de defesa que acompanham as obras e propôs convidar também deputados estaduais envolvidos com o tema.

ambiente legal

Obama: vento sopra a favor do clima

Para indivíduos e organizações de todo o mundo, a eleição de Barack Obama nos EUA pode representar uma mudança na maneira como as questões ambientais são tratadas pelas grandes potências, com repercussões favoráveis à qualidade de vida no planeta. As energias renováveis deverão exercer um papel significativo nos projetos de Obama para enfrentar as mudanças climáticas. O presidente eleito prevê investimentos de US\$ 150 bilhões nos próximos dez anos em energias limpas, criando 5 milhões de empregos verdes.

Álcool pode gerar "epidemia de demência"

O abuso no consumo do álcool pode gerar uma "silenciosa epidemia de demência", conclui estudo publicado no *The British Journal of Psychiatry*. A pesquisa dos psiquiatras Dusham

Gupta e James Warner indica que o consumo excessivo de álcool pode causar a perda de tecido cerebral. O álcool é considerado responsável por cerca de 10% dos casos de demência.

O custo do desequilíbrio

Se o processo de mudanças climáticas não for interrompido, o mundo pagará um custo maior que o das duas guerras mundiais. A omissão representará, em 2080, mais 600 milhões de pessoas mal nutridas, mais 400 milhões expostas à malária e mais 1,8 bilhão vivendo sem água suficiente. A advertência foi feita pelo economista Nicholas Stern, conselheiro do governo britânico, em seminário promovido em Brasília pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Diesel menos poluente fica para depois

O governo adiou a entrada em vigor da medida que previa a distribuição de óleo diesel menos poluente em todo o país a partir de janeiro de 2009. Um acordo entre a Petrobras e os fabricantes de veículos definiu que o diesel

S-50 vai substituir o S-500 – com 500 partículas por milhão (ppm) de enxofre – apenas nas frotas de ônibus urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas os motores não serão trocados ainda, o que reduzirá a eficácia do diesel S-50.

"É um veneno", diz ministro

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse recentemente à *Folha de S. Paulo* que "o diesel hoje é inaceitável, é um veneno". Fora das regiões metropolitanas, o produto distribuído no Brasil

chega a 2 mil ppm (o limite será de 1.800 ppm a partir de janeiro). Alguns países da Europa e o Japão já usam o S-10 (que contém apenas dez partículas por milhão de enxofre).

crise

Fundo Soberano deve ser aprovado, diz Garibaldi

Presidente do Senado aposta que essa e outras medidas vão ser endossadas pelos parlamentares, mas críticas da oposição indicam embate político

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, acredita que o Plenário aprovará o projeto, já votado pela Câmara, que cria o Fundo Soberano (PL 3.674/08) porque existe, no Legislativo, a consciência de que o governo precisa ser ajudado no momento em que enfrenta uma crise financeira mundial. Ele deu essa opinião ressaltando, contudo, que não se pode dar um “cheque em branco” ao governo.

– Não me refiro exclusivamente ao Fundo Soberano, mas a todas as medidas anticrise. Essas medidas devem ser aprovadas, claro que passando naturalmente por um aperfeiçoamento se o Congresso entender que devem ser aperfeiçoadas.

Garibaldi disse que existe um acordo partidário para votar as medidas provisórias que trancam



Líder do DEM, José Agripino criticou o governo federal por insistir na proposta, que para ele “é irracional”

a pauta e para garantir a aprovação da MP 442, que permite ao Banco Central socorrer pequenos bancos. Ele foi também indagado sobre o projeto que reajusta os servidores e que eleva a despesa pública num momento de crise

financeira.

– Essas previsões de despesa de pessoal, de concessão de gratificações, isso foi fruto de acordos que foram feitos com os servidores. Eu acho que o governo, na hora em que combinou esse reajuste, tinha previsão orçamentária. Agora, acredito que não será o Congresso que vai criar obstáculos à aprovação desse aumento, se o próprio governo, que é quem vai pagar, diz que pode pagar.

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), criticou o governo pela insistência na criação do Fundo Soberano. Para o parlamentar, “é irracional” discutir a criação de um fundo que dependerá de recursos captados à taxa de 13,75% ao ano e comprará títulos do Tesouro dos Estados Unidos com remuneração de apenas 2% ao ano.

Idéia surgiu nos anos 50

O Fundo Soberano é um instrumento financeiro criado pelo governo, gerido por um banco público ou privado e destinado à formação de uma carteira de ativos a partir de recursos originários de superávits fiscais ou de reservas internacionais.

Esses fundos surgiram a partir da década de 50, criados por países exportadores de petróleo, para aplicar o excesso da receita em divisas internacionais. A preocupação era deixar alternativas para financiar despesas das gerações futuras. Mais recentemente, novos fundos soberanos foram criados por países graças ao crescente acúmulo de reservas internacionais em países emergentes, o que aumentou o papel dessas nações na expansão da liquidez internacional.

A evolução do capitalismo financeiro fez com que esses fundos fossem se tornando cada vez mais agressivos e com carteira de investimentos bastante diversificada. Com volumosos recursos em moedas conversíveis (dólar, euro, iene, libra etc.), os países detentores desses fundos deixaram de comprar apenas títulos públicos de primeira linha e buscaram opções mais rentáveis, na compra de imóveis, de ouro ou de ações de grandes companhias, entre outras alternativas de investimento. Hoje, existem cinco modalidades de fundos soberanos:

1. Fundos de estabilização – típicos dos países exportadores de recursos naturais. Seu objetivo é proteger o orçamento público e a economia contra as

oscilações de preços das *commodities* exportadas, como nos casos da exploração de petróleo nos países árabes e na Noruega, ou, ainda, de exploração de cobre no Chile. São instrumentos para atuação “contracíclica” – poupando recursos em épocas mais favoráveis para aplicação em épocas de crise de mercado.

2. Fundos de poupança para gerações futuras – Asseguram a transferência de poupança entre gerações nos países cuja riqueza é acentuadamente dependente da exploração de produtos não-renováveis. Empregam-se os recursos da atividade principal num portfólio de ativos de rentabilidade assegurada.

3. Fundos de reservas internacionais – O objetivo é incrementar a taxa de retorno das reservas internacionais, reduzindo os custos fiscais de seu carregamento, reaplicando parcela dos recursos em ativos mais rentáveis, mas de maior risco.

4. Fundos de desenvolvimento – Criados em alguns países para apoiar projetos socioeconômicos, preferencialmente em infra-estrutura, que possam alavancar as taxas de crescimento da economia.

5. Fundos de pensão de reserva – Têm o propósito de assegurar recursos ao longo do tempo para o custeio de passivos fiscais associados em maior grau aos compromissos previdenciários.

Fonte: Nota técnica do consultor legislativo Marcos Tadeu Napoleão de Souza, da Câmara dos Deputados.

Adelmir Santana destaca sinais positivos da economia

Adelmir Santana (DEM-DF) afirmou que o Brasil não está imune à crise financeira internacional. Mas, segundo ele, é preciso ressaltar os sinais positivos da economia brasileira. Um dos exemplos apontados por Adelmir foi a fusão dos bancos Itaú e Unibanco, anunciada na semana passada. Na avaliação do senador, não foi uma negociação emergencial como outras dessa natureza ocorridas no hemisfério norte.

O senador também comemorou acordo firmado entre o governo e o chamado Sistema S – Sesc, Senac, Sesi, Senai, entre outros. Pelo acordo, o Sistema S promete ampliar a oferta de cursos para alunos e trabalhadores de baixa renda, e o governo federal promete expandir a rede de educação profissional.

Para Augusto Botelho, economia real já sofre

A crise financeira já transbordou para a economia real brasileira, afirmou na sexta-feira passada o senador Augusto Botelho (PT-RR), para quem o mais importante problema do momento é a falta de crédito, internacional e nacional, trazida pela aversão ao risco dos investidores.

O senador disse que o Brasil não irá sucumbir, mas setores produtivos como o agronegócio podem estar ameaçados. Augusto Botelho sublinhou que a queda dos preços das *commodities* se acentuou em outubro: o milho caiu 17%, o trigo, 19%, e a soja, para contratos em janeiro, caiu 13%.

Parlasul pode criar grupo para monitorar turbulência mundial

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) irá sugerir ao Conselho do Mercado Comum a criação de um grupo destinado a monitorar a crise financeira e acompanhar seus reflexos sobre o processo de integração regional, assim como propor medidas para amenizar os efeitos da turbulência sobre os países integrantes do bloco.

A proposta foi apresentada pelo presidente da Representação Brasileira no Parlasul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Entre outras medidas, o texto sugere a adoção de ações destinadas a “estimular as atividades econômicas que venham a ser mais afetadas pela redução do crescimento”

e a flexibilização, em casos de “evidente e grande necessidade”, de exceções à tarifa externa comum, de modo a “mitigar as pressões sobre os setores mais vulneráveis à concorrência externa”.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que é necessário encontrar um modelo de crescimento que privilegie a base da pirâmide social e que atinja a estabilidade não apenas financeira, mas também social e ecológica.

– Devemos buscar uma proposta alternativa, mas não apenas para salvar os bancos e, sim, para reorientar o nosso modelo de desenvolvimento – sugeriu Cristovam.



Mercadante (E) acha que Mercosul precisa estudar medidas destinadas a estimular atividades econômicas que foram mais afetadas pela crise

Haddad afirma que saída passa pela educação

A resposta dos países sul-americanos à crise financeira mundial deve incluir um novo estímulo à educação, disse na semana passada o ministro brasileiro da Educação, Fernando Haddad, em sessão especial do Parlasul, realizada em Montevideu. Ele sugeriu que os países do bloco adotem metas comuns para os próximos anos, como a elevação do percentual dos investimentos diretos em educação em relação ao produto interno bruto (PIB).

Grupo debaterá relações bilaterais com o Paraguai

Os temas mais polêmicos das atuais relações entre o Brasil e o Paraguai deverão ser discutidos por um grupo de trabalho composto por parlamentares dos dois países, decidiu o Parlasul. O grupo será indicado pelo presidente, deputado Dr. Rosinha (PT-PR). Entre os temas a serem tratados estão a proposta paraguaia de renegociação do Tratado de Itaipu, o projeto de lei dos sacoleiros e a situação dos produtores rurais brasileiros no Paraguai, os brasiguaios.

Aprovada censura às medidas europeias contra a imigração

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou parecer favorável do senador José Nery (PSOL-PA) a requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que pede que o Senado envie voto de censura ao Parlamento Europeu “por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção

de imigrantes ‘ilegais’ por até 18 meses”.

Para os senadores, a decisão do Parlamento Europeu viola os tratados e as convenções internacionais relativos à proteção dos direitos humanos, ratificados pelo Brasil e por quase todos os países da Europa.

Já a presença das tropas brasileiras no Haiti será discutida em audiência pública pela CRE.

crise

Acordo pode acelerar aprovação de MP

Primeira medida anticrise, que já passou na Câmara, tranca pauta do Senado a partir da próxima semana

A primeira medida provisória (MP 442/08) assinada pelo presidente Lula para combater os efeitos da crise financeira internacional passará a trancar as votações no Senado no dia 20, quinta-feira da próxima semana. Mas, se houver acordo partidário, a medida pode ser votada já nesta quarta-feira. Isso porque, antes dela, estão na fila duas outras MPs (440 e 441, que tratam de aumentos para servidores públicos) e um projeto de lei que tramita em regime de urgência (PLC 130/08, que dispõe sobre a criação de cargos no governo federal).

Aprovada na Câmara há duas semanas, com modificações, a MP 442 passou a tramitar como projeto de lei de conversão (PLV 29/08). Ela autoriza o Banco Central (BC) a aceitar como garantia, nos empréstimos aos bancos em dificuldades, as carteiras de crédito dessas instituições financeiras. É uma operação normal dos bancos centrais conhecida como redescoto. A novidade é que, se o banco não conseguir resolver seus problemas, o BC poderá assumir sua carteira de crédito.

Na Câmara, a oposição conseguiu fazer algumas mudanças, inclusive estabelecer mecanismos de controle do Congresso sobre tais operações. Já no Senado, uma emenda apresentada por Pedro Simon (PMDB-RS) exige que o presidente do Banco Central compareça todo mês ao Legislativo e fale, em audiência pública, sobre a crise financeira, enquanto ela durar. Outra emenda obriga o BC a enviar trimestralmente ao Congresso relatórios detalhados sobre as negociações resultantes da edição da MP.

Líder do PMDB no Senado defende mudanças na MP 443

Valdir Raupp (RO), líder do PMDB no Senado, defendeu correções e aperfeiçoamentos na MP 443/08, que autoriza a compra sem licitação de instituições financeiras em dificuldades pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A MP está na Câmara e, dependendo de acordo entre os deputados, pode ser votada nesta semana. Uma vez aprovada, segue para o Senado.

Para Raupp, a MP contestou o próprio governo, que sustentava o discurso de que a crise estava sob controle. O senador disse que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que debateu a crise financeira na Câmara na véspera da edição da MP 443 (22 de outubro), quando nem sequer comentou que o governo iria editar nova medida, “perdeu uma oportunidade” de obter “maior confiança” do Congresso.



Pedro Moreira Salles (D) e Roberto Setúbal anunciam fusão entre Unibanco e Itaú: senador Casagrande quer vigilância do BC para evitar prejuízos aos correntistas

Como a crise internacional pode abalar os emergentes

Ao longo de boa parte da crise financeira que assola o planeta, os países emergentes exibiram um vigor invejável. Afinal, seus bancos estavam pouco contaminados com os títulos hipotecários que levaram dezenas de bancos americanos e europeus à bancarrota. Seus exportadores de commodities como soja e minério de ferro lucravam com a alta dessas matérias-primas. De Pequim a Brasília, o crédito em abundância turbinava o consumo interno. Mesmo diante da iminência da pior tempestade financeira desde

a depressão da década de 1930, os emergentes pareciam os únicos portos seguros.

Não é mais assim. Em face da crise, investidores estrangeiros começaram a sacar dinheiro aplicado nos emergentes para cobrir rombos em casa. Com a saída de capital, mercados de ações como a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) viram despencar o preço dos papéis. E esse dinheiro, investido no Brasil em reais, passou a ser convertido em dólares ao sair do país, derrubando o valor da moeda brasileira. Tudo gerou a chamada crise de confiança – como sempre acontece nesses casos –, em que os investidores começam a vender ações e comprar dó-

lares, o que só faz exacerbar o problema.

Para ficar num exemplo, a economia da China está desacelerando mais que o esperado: cresceu 9% entre o terceiro trimestre de 2007 e o terceiro trimestre deste ano, a menor taxa do país em cinco anos. Sintomas como esse podem atingir cada emergente com intensidade diferente. Mas esses países dificilmente ficarão imunes aos efeitos da crise.

Tais efeitos, segundo especialistas, serão basicamente três: as exportações dos emergentes diminuirão; a redução no fluxo de capital estrangeiro forçará os países perdulários a cortar gastos; e mesmo os países mais zelosos têm grandes dívidas internacionais que podem ser difíceis de renegociar em um cenário de escassez global de dinheiro.

No Brasil, por exemplo, a exportação de commodities (matérias-primas) corresponde a 9% do produto interno bruto (PIB), de acordo com a empresa de pesquisa Lombard Street Research. E as empresas que vendem commodities, como a Petrobras, respondem por mais de 40% das ações negociadas em bolsa. Por isso, a queda no preço desse tipo de produto atingiu em cheio a Bovespa.

Exportações devem cair e dívidas ficarão mais difíceis de renegociar

Casagrande teme concentração no mercado financeiro nacional

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse temer aumentos das tarifas bancárias como resultado da fusão entre os bancos Itaú e Unibanco, anunciada na semana passada. “A fusão é um bom sinal para o mercado, mas o Banco Central precisa acompanhar, além do Conselho Monetário Nacional e do Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica], para que não tenhamos aumentos de tarifa ocasionados pela concentração bancária”, alertou Casagrande.

Itaú e Unibanco juntos formarão o maior banco do país e do hemisfério sul. O total de ativos combinado é de mais de R\$ 575 bilhões – contra R\$ 403,5

bilhões do Banco do Brasil e R\$ 348,4 bilhões do Bradesco.

O valor fará com que ele se situe entre as 20 maiores do mundo, de acordo com comunicado divulgado pelos bancos. As instituições relataram que a fusão é resultado de 15 meses de negociação, ou seja, não foi provocada pela crise financeira que abala o mercado global.

Mas especialistas têm dito que a união pode ser apenas a primeira de outras fusões que acontecerão no Brasil e na América Latina no bojo da crise econômica mundial. E um cenário como esse pode exacerbar a concentração no mercado financeiro, como teme Renato Casagrande.

Senadores apontam soluções para superar dificuldades econômicas

O remédio para a crise financeira está no agronegócio, segundo Valter Pereira (PMDB-MS). Ele citou dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), projetando em 145 milhões de toneladas a safra brasileira de arroz, feijão, soja, milho, algodão e outros grãos para 2008/2009.

– O agronegócio é uma verdadeira terapia para a crise econômica. Alimento é prioridade hoje e será prioridade amanhã. Subsidiar a agricultura ou desonerar seu custo de produção é um meio seguro de compensar outras áreas que serão duramente afetadas pela crise – afirmou.

Ideli Salvatti (PT-SC) disse

que é necessário ampliar o crédito individual para a construção civil, medida que beneficiaria o pequeno construtor, em geral de baixa renda, e aumentaria a atividade do setor de materiais de construção.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) negou que a oposição torça pelo “quanto pior, melhor” e acusou o presidente Lula de fazer uso político-eleitoral da crise, ao ficar dizendo “que a crise não existe, que estão torcendo contra”.

Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobrou uma definição do governo quanto ao encaminhamento de seguidas proposições que aumentam os gastos públicos.

decisões

MODELOS

Proposta que impede o emprego de modelos muito magras em campanhas publicitárias e desfiles de moda foi aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Em qualquer evento com finalidade comercial ou promocional, de acordo com o projeto (PLS 691/07) do senador Gerson Camata (PMDB-ES), fica proibida a exibição pública da imagem de modelos com índice de massa corporal (IMC) inferior a 18. Os infratores ficarão sujeitos a multas de R\$ 1 mil a R\$ 5 milhões. A relatora da matéria na CCT foi Rosalba Ciarlini (DEM-RN). A matéria agora será examinada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

PRODUÇÃO

A proposta de emenda à Constituição que elimina as restrições ao setor privado para a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos de uso médico recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Radioisótopos são elementos químicos radioativos. A matéria (PEC 100/07) ainda terá de ser votada no Plenário e, se aprovada, será enviada à Câmara dos Deputados. O autor da PEC é Alvaro Dias (PSDB-PR). A proposta recebeu o apoio da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear e da Sociedade Brasileira de Biologia e Medicina Nuclear.

JOGO DE AZAR

A CCJ também aprovou parecer de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) a projeto que criminaliza a exploração dos jogos de azar (como o jogo do bicho). Pela proposta (PLS 274/06), a exploração desse tipo de jogo deixa de ser considerada contravenção penal e passa a ser crime. O projeto foi apresentado pela CPI dos Bingos. Pelo texto, que agora será votado em Plenário, quem explorar jogos de azar estará sujeito a pena de reclusão de um a três anos, mais multa. O projeto aumenta a pena em 1/3 se a pessoa que praticar jogo de azar for funcionário público, e se existir, entre os empregados ou no local de jogo, menor de 18 anos.

Aprovada criação de agência para proteger crianças e adolescentes

CDH acata projeto de Cristovam Buarque que prevê órgão responsável por políticas para menores

A criação da Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente foi aprovada na semana passada na Comissão de Direitos Humanos (CDH), em turno suplementar.

O projeto (PLS 50/05), de Cristovam Buarque (PDT-DF), acolhido em decisão terminativa, determina que o órgão, vinculado à Presidência da República, seja responsável pela formulação e execução de políticas públicas de proteção aos menores.

O substitutivo já havia sido aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir de relatório de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Pela proposta, que teve Patrícia Saboya (PDT-CE) como relatora na CDH, a agência terá as atribuições



Cristovam Buarque é autor da proposta que recebeu decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos



Patrícia Saboya relatou a matéria, segundo a qual a agência irá elaborar partes da proposta orçamentária

de regular, acompanhar, controlar e avaliar a execução das políticas de proteção à criança e ao adolescente, e propor diretrizes para tais políticas. Cabe ainda à agência

promover, estimular e executar, diretamente ou por convênios, as políticas de proteção originadas no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conan-

da). Também ficarão a cargo do órgão a coordenação e a elaboração das partes da proposta orçamentária relacionadas a recursos para políticas de atendimento a crianças e adolescentes.

Foi aprovado ainda requerimento de Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, para realização de um ciclo de audiências públicas sobre a igualdade racial. O primeiro debate, nesta segunda-feira, é sobre "O negro na política". A Lei de Anistia também será discutida, conforme requerimento de Paim, com os ministros da Justiça, Tarso Genro, e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi; o advogado-geral da União, José Antônio Toffoli, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes.

CPI recebe dados sobre 18.500 álbuns fechados do Orkut

O advogado do Google no Brasil, Ivo Correa, representando a direção da empresa, entregou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia informações referentes a 18.500 álbuns fechados do Orkut suspeitos de conter imagens de pornografia infantil. Os álbuns foram identificados a partir de denúncias enviadas por usuários de internet à organização não-governamental Safernet.

Esta é a segunda vez que a CPI pede a quebra de sigilo de páginas do Orkut e recebe os dados necessários à identificação de pedófilos que usam o site de relacionamento do Google. Em abril, foram entregues ao colegiado informações sobre 3.261 álbuns, as quais, após serem periciadas, levaram à identificação de mais de 500 pedófilos.

Ao receber os novos dados, o presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), disse acreditar na possibilidade de identificação de até 7 mil pedófilos que utilizam os álbuns fechados para a divulgação de imagens de abuso sexual



Mesquita Júnior (E) e Magno Malta, durante depoimento de Ewandro de Carvalho (foto à direita) à comissão



de crianças e adolescentes.

Ainda na reunião, Magno Malta informou que o economista do Banco Central e ex-assessor do Senado José Carlos Jacob de Carvalho, acusado de armazenar em computador da Casa imagens pedófilas, não se apresentou para depor ao colegiado. Convocado para a reunião da última quarta-feira, o economista teria se licenciado do banco até 2010 e viajado a Portugal, conforme informação do senador. Malta

anunciou que apresentará à Polícia Federal pedido de envio, à embaixada de Portugal e à polícia portuguesa, de inquérito sobre as investigações realizadas pela Polícia Legislativa do Senado e pela Polícia Federal.

Outro acusado, o servidor do Senado Ewandro de Carvalho Sobrinho, depôs à CPI e negou as denúncias de que teria mantido relações sexuais com adolescentes de 14 e 16 anos. Ele se recusou a responder as

perguntas referentes ao inquérito aberto contra ele pela Polícia Civil do Distrito Federal, usando seu direito constitucional de permanecer calado.

A pedofilia também deve constar na pauta da Câmara dos Deputados esta semana, quando está prevista a votação da proposta que criminaliza a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente (PL 1167/07).

agora é lei

Publicidade em ligações telefônicas passa a ter limites

As empresas estão proibidas de veicular publicidade enquanto o consumidor aguarda atendimento ao telefone, de acordo com a Lei 11.800/08, sancionada pelo presidente da República em 29 de outubro. A lei altera o Código de Defesa do Consumidor, acrescentando parágrafo único ao artigo 33: "É proibida

a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina".

O autor do projeto foi o então senador João Alberto (PFL-MA). O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), salientou que "não se pode permitir que o tempo de espera do cliente que quer apre-

sentar reclamação ou solicitar informações seja utilizado para aborrecê-lo com publicidade, além de incentivar a empresa a retardar o atendimento".

Em julho passado foi publicado um decreto federal (6.523), e em 16 de outubro uma portaria do Ministério da Justiça (2.014), que já proibiam a publicidade

durante a espera pelo atendimento. Mas essas regras se aplicam apenas aos serviços de atendimento ao consumidor (SACs) dos serviços regulados pelo governo federal. O decreto determina, entre outras coisas, que os SACs desses serviços serão gratuitos. Com a lei sancionada no dia 29, a proibição

de publicidade atingiu também os call centers pagos.

Para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a alteração feita ainda apresenta lacunas: a regra não se aplica às chamadas gratuitas (para 0800) e não proíbe a publicidade quando a ligação partir do fornecedor.

decisões

Comissão aprova campanha eleitoral livre na internet

A internet pode ficar de fora das restrições impostas pela legislação eleitoral para a realização de campanhas políticas. É o que prevê projeto (PLS 291/08) aprovado na quarta-feira passada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O autor, senador Expedito Júnior (PR-RO), sugere liberar a propaganda eleitoral pela rede de computadores a qualquer tempo, vedando a veiculação de mensagens sob anonimato ou por outros métodos contrários à lei penal.

O artigo 36 da Lei Eleitoral – Lei 9.504, de 1997 – determina que a propaganda só é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição. A lei também impõe restrições ao noticiário dos veículos de comunicação e estende sua aplicação aos sites mantidos por essas orga-

nizações na internet e outras redes de serviços.

– A ampla liberdade de informação e opinião pela rede para fins eleitorais é garantia de equidade maior, não menor, das condições de disputa eleitoral – argumentou o relator, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), com apoio do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

O projeto agora vai à CCJ.



Para Wellington Salgado, o livre uso da internet é garantia de maior igualdade entre os candidatos

GOVERNO NA REDE

O governo federal, o Distrito Federal, estados e municípios poderão utilizar a internet para comunicação oficial. A CCJ aprovou projeto com essa intenção na quarta-feira passada. O PLS 323/06, de Demostenes Torres (DEM-GO), foi relatado por Serys Silhessarenko (PT-MT). Para Demostenes, a proposta, que vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), pode ajudar a dar mais transparência.

RÁDIO PIRATA

As operações de rádios piratas em São Paulo motivaram a CCT a requerer ao Ministério das Comunicações na última quarta-feira esclarecimentos sobre irregularidades no uso ilegal dos sinais de radiodifusão em frequência modulada. Emissoras que possuem concessões também estariam operando em locais diferentes do previsto ou adotando potências maiores do que a autorizada.

INVENTÁRIO FLORESTAL

A CCT aprovou dois requerimentos de audiência pública. O senador Renato Casagrande (PSB-ES) solicitou audiência para debater projeto (PLS 203/08) de Serys Silhessarenko que torna obrigatória a implantação de um inventário florestal digital. Casagrande e Wellington Salgado também solicitaram audiências para discutir o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia Legal.

PEC impõe licença a governante que buscar a reeleição

A proposta de emenda à Constituição que obriga os chefes do Poder Executivo (presidente da República, governadores e prefeitos) a tirar licença de seis meses quando candidatos à reeleição foi aprovada na quarta-feira passada pela CCJ. A PEC 65/07, do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), segue ao Plenário do Senado. No texto, Jarbas defende a reeleição, que teria representado “a possibilidade de o presidente, governadores e prefeitos submeterem a qualidade do seu primeiro mandato a referendo popular”. Mas o senador observa que reeleger-se enquanto se exerce atribuições executivas representa uma “anomalia do processo eleitoral”.

Projeto exige dados de comprador de escutas telefônicas

Os fabricantes de equipamentos de escuta telefônica e monitoramento deverão comunicar à Polícia Federal todos os dados cadastrais dos adquirentes, até 24 horas após a entrega dos equipamentos, inclusive se o comprador for entidade ou órgão público. Projeto (PLS 741/07) nesse sentido, de Romeu Tuma (PTB-SP), foi aprovado na última quarta-feira pela CCJ. A proposta agora segue à Câmara dos Deputados.

Na falta ou no atraso da comunicação, o fabricante pagará multa no valor de R\$ 100 mil, conforme emenda apresentada pelo relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).



Arthur Virgílio (E), ao lado do relator Tasso Jereissati: aprovação a projeto de Aloizio Mercadante que permite aos juizes tomar depoimentos de presos a distância

CCJ aprova interrogatório de presos por videoconferência

O presidente da CCJ, Marco Maciel, ressalta que há urgência na tramitação do projeto de Aloizio Mercadante, que teve relatório de Tasso Jereissati

O interrogatório de presos por meio de videoconferência recebeu aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na última quarta-feira. O texto acatado foi o substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a projeto (PLS 679/07) do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Por isso ainda será votado em turno suplementar antes de ser enviado à Câmara dos Deputados.

O presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), ressaltou que há urgência na tramitação do projeto, diante de decisão do Su-

premo Tribunal Federal que julgou inconstitucional a lei estadual que permite o uso da videoconferência em interrogatórios em São Paulo. De acordo com o Supremo, o procedimento deveria ser objeto de lei federal – atribuição do Congresso Nacional.

A proposta prevê que o interrogatório do preso por meio de videoconferência ocorra somente em situações excepcionais, sempre quando o juiz permitir, motivado por situações como segurança pública e dificuldade que o réu porventura tenha para comparecer em juízo.

projetos aprovados

De 3 a 7 de novembro

➔ **PLS 50/05, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF)** – Prevê a criação da Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, órgão vinculado à Presidência da República e responsável pela formulação e execução de políticas públicas de proteção aos menores. Aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), vai à Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 58/03, do senador Paulo Paim (PT-RS)** – Recompõe o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social. Considera o número de salários mínimos que representavam os benefícios na data de sua concessão. Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), vai à Câmara.

➔ **PLV 25/08** – O projeto de lei de conversão, proveniente da Medida Provisória (MP) 436/08, adia de 1º de outubro de 2008 para 1º de janeiro de 2009 a vigência de incentivos tributários para o setor de bebidas frias (cerveja, refrigerante e água). Aprovado em Plenário, segue à sanção.

➔ **MP 435/08** – Autoriza o Banco Central a tomar medidas para tornar o real uma moeda internacional, ou seja, conversível em outros países. Isso permitirá que bancos estrangeiros aceitem remessas em reais, solicitadas em seus países por pessoas que querem fazer algum pagamento no Brasil. A MP também abriu crédito de até US\$ 120 milhões no Banco Central brasileiro em nome do Banco Central da Argentina, medida que visa à implantação do Sistema de Pagamentos em Moedas Locais (SML) para facilitar liquidações de negócios entre os dois países. Aprovada em Plenário, segue à promulgação.

➔ **PLS 741/07, do senador Romeu Tuma (PTB-SP)** – Estabelece que os fabricantes de equipamentos de escuta telefônica e monitoramento deverão comunicar à Polícia Federal todos os dados cadastrais dos adquirentes, até 24 horas após a entrega dos equipamentos. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, vai à Câmara.

➔ **PLS 682/07, da senadora Serys Silhessarenko (PT-MT)** – Concede adicional de periculosidade aos vigilantes, no valor de 30% de seus respectivos salários. A proposta abrange os setores de vigilância patrimonial e pessoal e de transportes de valores. Aprovado na CAS, vai à Câmara.

➔ **PLV 26/08** – Estabelece que as doações em espécie recebidas por bancos federais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal destinadas a ações de prevenção ambiental ficarão isentas do Programa de Integração Social (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Aprovado em Plenário, vai à sanção.

➔ **MP 439/08** – Autoriza a União a emitir R\$ 15 bilhões em títulos públicos e emprestar o dinheiro ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aprovado pelo

Plenário, vai à sanção.

➔ **PRN 5/07** – Autoriza a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado a apresentar emendas ao Orçamento. Aprovado pelo Congresso Nacional.

➔ **Créditos suplementares** – O Congresso Nacional aprovou 12 projetos de lei de abertura de créditos suplementares e sete pedidos de abertura de créditos especiais no valor global de R\$ 6,08 bilhões. Destacam-se os seguintes projetos: PL 27/08 – libera R\$ 1,3 bilhão a estados, Distrito Federal e municípios para compensar exportadores por perdas decorrentes da Lei Kandir; PL 47/08 – concede ao Ministério da Defesa crédito de R\$ 167,4 milhões para o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira da Marinha; PL 28/08 – libera R\$ 2,85 bilhões para os ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e PL 32/08 – concede à Eletrobrás crédito de R\$ 780,74 milhões.

orçamento

Congresso tem desafio de evitar gastos em obras irregulares

Até agora 66 obras, muitas delas do PAC, integram lista de empreendimentos que não poderão receber recursos públicos em 2009

Nesta fase de elaboração do Orçamento para 2009, além das projeções de receitas e despesas da União, outro fator traz inquietação tanto para o governo quanto para o Congresso: a recomendação de paralisar, com a suspensão de repasses, 66 obras públicas com irregularidades graves.

A lista de obras irregulares deve constar anualmente na lei orçamentária. Para elaborá-la, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) conta com o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU), que identifica possíveis fraudes nas licitações e nos contratos entre empresas e órgãos públicos. Este ano, o Congresso já recebeu o relatório técnico do tribunal, que auditou 153 obras, com gastos de R\$ 26 bilhões.

Do total, 48 apresentaram suspeitas de fraudes e indícios de danos aos cofres públicos, seis já tinham irregularidades detectadas em auditorias e 12 tiveram a retenção cautelar de recursos determinada pelo TCU. Em outros 78 empreendimentos, o tribunal constatou irregularidade, mas

não recomendou a interrupção dos trabalhos. Apenas 15 obras receberam aprovação sem ressalvas.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não ficou de fora da fiscalização do TCU, que analisou 89 obras do programa. Vinte e cinco delas apresentaram irregularidades, incluindo estradas e obras de saneamento (*veja quadro*). De acordo com os cálculos do TCU, as fiscalizações podem levar à economia de R\$ 2,8 bilhões, caso se confirmem o superfaturamento e o sobrepreço observados pelos técnicos do tribunal (*veja abaixo as principais obras que podem ficar mais baratas*).

Porém, essa pode não ser a lista final de obras impedidas de receber recursos do Orçamento no ano que vem. O TCU continua a análise e outras obras ainda podem vir a figurar na relação. Da mesma forma, caso os problemas de um empreendimento sejam corrigidos, o nome sai da lista. Até 30 de novembro, em cumprimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o tribunal envia à CMO uma lista atualizada, que ainda deve ser

aprovada pelo Congresso antes de integrar o Orçamento de 2009.

No que diz respeito às obras do PAC, a Casa Civil montou uma estrutura para gerenciar os projetos – e os problemas. A equipe procura sanear rapidamente as irregularidades detectadas pelo TCU ou pela Controladoria Geral da União (CGU). Segundo o consultor legislativo do Senado Renato Brown, a sistemática vem apresentando resultados, com redução do número de obras do PAC na lista.

O maior número de obras com irregularidades são as rodoviárias, de responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) – há 22 na lista. Em seguida, vêm os empreendimentos ligados aos recursos hídricos, do Ministério da Integração Nacional.

Porém, este ano, as obras sob a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) são as que, proporcionalmente, mais têm problemas: em cinco das nove auditadas há indícios de fraudes, com a recomendação de bloqueio de repasses (*leia matéria sobre o Aeroporto de Vitória*).



Trem percorre a Ferrovia Norte-Sul: obra da empresa estatal Valec é a que mais poderia reduzir custos, com economia de meio bilhão de reais aos cofres públicos, segundo relatório do TCU

THIAGO GUIMARÃES/SECOMEX

Obra em aeroporto de Vitória está R\$ 90 milhões mais cara

Auditoria realizada pelo TCU na construção de terminal de passageiros, torre e pista do Aeroporto de Vitória demonstra que, com cerca da metade do projeto executado, a obra já está R\$ 90 milhões mais cara do que foi o orçamento inicial.

Problemas foram detectados pelo TCU em fiscalização de 2006 que indicou sobrepreço de R\$ 37 milhões em amostras do contrato correspondentes a R\$ 135 milhões. Desde então, o tribunal cobra informações da estatal, já que constatou que o projeto original vem sendo alterado sem estudos de viabilidade técnica e econômica.

Os técnicos do tribunal observaram no local que produtos e serviços que não haviam sido previstos vêm sendo efetuados. Segundo o relatório, está pago pela estatal, sem cobertura contratual. Uma das alterações foi a modificação da estrutura do terminal de passageiros, que pelo projeto inicial seria de concreto moldado *in loco*, substituído por concreto pré-moldado.

O documento do TCU ainda lamenta que a substituição da diretoria da estatal em meados do ano passado não levou a uma conduta diferente daquela

do Corpo de Bombeiros às pistas de pouso e decolagem.

Tais alterações implicam a impossibilidade de conferir se os serviços e produtos entregues estariam de acordo com o orçamento apresentado pelo consórcio vencedor da licitação. Assim, o TCU registra, por exemplo, que o consórcio responsável pela obra já apresentou oito preços para um único serviço. O documento do tribunal afirma ainda que já foi celebrado um aditivo contratual de R\$ 33,3 milhões, que tampouco abarca as alterações feitas no primeiro projeto.

Uma das maiores falhas, conforme o TCU, está no fato de a Infraero não apresentar comprovação para gastos efetuados. Segundo o relatório, está demonstrado que a Infraero não mantém um sistema de orçamento de obras e não possui projetos que reflitam a realidade do empreendimento.

O documento do TCU ainda lamenta que a substituição da diretoria da estatal em meados do ano passado não levou a uma conduta diferente daquela

Parou por quê?

As 66 obras com indícios de irregularidades graves, para as quais o Tribunal de Contas da União sugere suspender os repasses. Entre elas, figuram 25 ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

UF	Órgão responsável	Obra
AC	Suframa	Apoio a projetos de desenvolvimento na Amazônia Ocidental*
AL	Ministério da Integração Nacional	Conclusão de obras de macrodrenagem nos Tabuleiros dos Martins, em Maceió
AM	Suframa	Manutenção do distrito industrial de Manaus e modernização da malha viária
AP	Infraero	Construção de terminal de passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá
BA	Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (Chesf)	Irrigação no reassentamento da Usina de Itaparica (20.599 hectares)
	Ministério da Integração Nacional	Obras de irrigação de uso comum / adutora Serra da Batateira
CE	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	Melhorias das condições do bairro Bananeirana em Itabuna
	Petrobras	Implantação do terminal de Pecém
ES	Dnit	Restauração da BR-342 entre Vitória e a divisa com Minas Gerais
	Infraero	Construção de trechos na BR-342, da BR-101 até a divisa com MG
GO	Dnit	Construção de trechos na BR-393, entre Muqui e Bom Jesus do Norte
	Infraero	Construção de terminal de passageiros, torre e pista do Aeroporto de Vitória¹
GO	Ministério da Integração Nacional	Implantação do perímetro de irrigação em Flores de Goiás (3.800 hectares)
MA	Agência Espacial Brasileira	Complementação da infra-estrutura do Centro de Lançamento de Alcântara
	Ministério da Integração Nacional	Construção do sistema adutor do Itaipuru – Itaituba II
MG	Secretaria Especial de Portos	Recuperação dos berços 101 e 102 do Porto de Itaquí*
	Dnit	Construção do berço 100, alargamento do cais sul e ampliação do Porto de Itaquí*
MG	Dnit	Adequação de trecho na BR-381 entre Governador Valadares (MG) e Antônio Dias (MG)
	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs)	Construção de trecho na BR-265 entre o entroncamento com a MG-170, em Ilcinéia, e o entroncamento com a BR-491/MG-050, em São Sebastião do Paraíso
MS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs)	Construção da barragem Berizal
	Ministério da Educação	Construção da barragem Congonhas
MS	Dnit	Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina
	Dnit	Construção de terminal intermodal em Campo Grande*
MT	Eletronorte	Expansão de sistema de transmissão de energia elétrica e implantação da subestação Jauru
	Ministério das Cidades	Apoio à urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil), em Várzea Grande
PA	Dnit	Apoio a sistemas de esgotamento sanitário em Várzea Grande¹
	Dnit	Apoio a sistemas de abastecimento de água em Rondonópolis¹
PB	Dnit	Apoio a sistemas de esgotamento sanitário em Cuiabá¹
	Dnit	Apoio a empreendimentos de saneamento em assentamentos em Cuiabá¹
PE	Dnit	Construção de trecho na BR-163, entre a divisa com o Mato Grosso até Santarém¹
	Ministério do Turismo	Construção de trecho na BR-230 (anel viário de Itaituba)¹
PI	Ministério do Turismo	Construção do Centro de Convenções de João Pessoa
	Dnit	Adequação de trecho na BR-101 entre as divisas com Pernambuco e o Rio Grande do Norte*
PR	Petrobras	Construção da Refinaria Abreu e Lima, no Recife*
	Dnit	Adequação de trecho na BR-101 entre as divisas com Pernambuco e Alagoas*
RJ	Dnit	Expansão do sistema de trens urbanos de Teresina
	Ministério do Meio Ambiente	Construção da barragem do Rangel, em Redenção do Gurgueia
RN	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (Codevasf)	Projetos para prevenção de enchentes no rio Poty, em Teresina
	Ministério do Turismo	Reforma do centro de convenções de Teresina
RO	Ministério das Cidades	Obras de infra-estrutura urbana na região da Lagoa do Bebedouro, em Parnaíba
	Dnit	Obras na BR-466, no entroncamento com a BR-476, em União da Vitória
RS	Dnit	Construção de contorno rodoviário na BR-469 em Foz do Iguaçu
	Petrobras	Construção de trecho na BR-487 entre Porto Camargo e Campo Mourão
SC	Dnit	Modernização e adequação do sistema de produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Reparg), em Araucária*
	Infraero	Reforma e ampliação do Aeroporto Santos Dumont
SP	Ministério da Integração Nacional	Construção da adutora de Santa Cruz-Apodí
	Ministério do Turismo	Construção do ginásio poliesportivo da zona norte de Natal
TO	Dnit	Adequação de trecho BR-101 entre Natal e a divisa com a Paraíba*
	Fundo Nacional de Saúde	Construção do hospital municipal de Cácaol
RR	Dnit	Construção de trecho na BR-429, entre o entroncamento com a BR-364 e o entroncamento com a RO-478, em Costa Marques
	Ministério do Turismo	Manutenção de trechos na BR-364
RS	Dnit	Infra-estrutura turística em Porto Velho
	Dnit	Restauração de rodovias federais¹
SC	Dnit	Construção da ponte sobre o rio Itacatu na BR-401
	Dnit	Construção de contorno rodoviário na BR-174 em Boa Vista*
SP	Dnit	Adequação de trecho rodoviário na BR-101 entre Santa Catarina e Osório
	Ministério da Integração Nacional	Contenção de enchentes do rio Itajaí-Mirim
TO	Infraero	Construção de terminal de passageiros, pátio e acesso ao Aeroporto de Guarulhos
	Ministério das Cidades	Adequação e ampliação de pistas do Aeroporto de Guarulhos*
TO	Dnit	Ações de reestruturação urbana, interligação de áreas urbanas e de adequação de vias em Franco da Rocha, parte das obras do complexo viário Baquiriviv-Guarulhos
	Dnit	Construção de trecho na BR-010 entre TO-030 e divisa com o Maranhão
TO	Dnit	Construção de trechos na BR-230 no corredor Araguaia-Tocantins
	Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	Construção de trechos na BR-235, entre Pedro Afonso e a divisa com o Maranhão

* Obras cujas irregularidades detectadas levaram o TCU a determinar a imediata retenção cautelar de recursos.

Fonte: Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves Integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2009, com base em informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 30 de setembro de 2008. Nota Técnica Conjunta das Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 15/2008.

Eficiência no controle

O exame das irregularidades em obras públicas no Orçamento coincidiu com a realização do 12º Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop), no Senado, na semana passada. O encontro discutiu a integração dos órgãos responsáveis para tornar mais eficiente o controle das obras públicas, estimulando a troca de experiências para aprimorar bancos de dados e sistemáticas.

O analista de controle externo do TCU, Carlos Roberto Yoshioka, da Secretaria de Fiscalização de Obras, alertou para a organização cada vez mais sofisticada de criminosos que desviam recursos públicos. Ele defendeu a modernização da administração pública, principalmente pela atuação conjunta dos órgãos envolvidos. E propôs a criação de um cadastro de empresas inidôneas, sugestão de projeto do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), aprovado pela CCJ e enviado na última quinta-feira para a Câmara. Para Yoshioka, a má qualidade de bancos de dados dificulta a fiscalização.

Já o presidente do Confea, Marcos Túlio Melo, identifica que a falta de projetos básicos e estudos de viabilidade levam a orçamentos inconsistentes, reduzindo as chances de as obras serem concluídas no prazo, com qualidade e com os recursos previstos.

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) disse que os auditores e a imprensa são fundamentais para a transparência nos gastos públicos. Falando sobre a corrupção na educação, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que é preciso combater também os desvios de prioridades. "Na ética das prioridades, não estamos avançando", frisou. Já o ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, pediu a regulamentação do lobby.

Economia de recursos públicos

Caso os indícios de irregularidades (superfaturamento e sobrepreço, principalmente) observados pelo TCU se confirmem, os cofres públicos poderão deixar de gastar quase R\$ 3 bilhões inutilmente.

UF	Obra	Economia potencial*
TO	Ferrovia Norte-Sul	500,0
RJ	Usina Termonuclear de Angra III	469,3
AM	Implantação do Gasoduto Coari-Manaus de 420 km	392,4
SP	Trecho Sul do Rodoanel	326,0
CE	Construção do Eixo de Integração da Barragem do Castanhão ao Açude Gavião	161,7
PA	Construção do Anel Viário de Itaituba na BR-230	94,0
PA	Construção de trechos na BR-163 de Santarém à divisa com o Mato Grosso	93,0
AM	Construção da Adutora Pirapama	90,6
PE	Construção da Refinaria Abreu e Lima no Recife (PE)	81,6
	Demais (29 fiscalizações)	618,5
	Total	2.827,1

* Em R\$ milhões.
Fonte: Relatório Fisobras 2008 do Tribunal de Contas da União encaminhado à Comissão Mista de Orçamento.



Obra inicialmente em R\$ 320 milhões, a obra no Aeroporto de Vitória já tem aditivos contratuais e ainda está longe de ser concluída

THIAGO GUIMARÃES/SECOMEX

microempresas



Sérgio Silva, em sua banca na Feira de Caruaru: depois de 15 anos, enfim uma boa chance para regularizar seu negócio

Boas novas para os microempreendedores

CAE deve votar nesta terça projeto que beneficia pequenos negócios com receita bruta anual de até R\$ 36 mil e apenas um empregado

Um projeto que pode melhorar a vida de 9,2 milhões de brasileiros está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta terça-feira. O PLC 128/08, do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), já aprovado na Câmara dos Deputados, modifica a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei 123/06) para criar a figura do Microempreendedor Individual (MEI), que enfrentaria uma carga tributária muito menor, teria a burocracia reduzida e até ganharia a chance de contribuir para a Previdência Social e se aposentar.

Pelo projeto, o Microempreendedor Individual é aquele dono de um pequeno negócio com receita bruta anual de até R\$ 36 mil e que tenha até um empregado com renda de um salário mínimo. Entre exemplos desses empreendedores estão costureiras, pequenos bares e lanchonetes, serviços de conserto de eletrodomésticos, pintores, artesãos, feirantes etc.

De acordo com o Serviço de

Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o MEI tem um público-alvo potencial de cerca de 9,2 milhões de empreendedores, sendo 8 milhões sem nenhum empregado e 1,2 milhão com um empregado. Se o PLC 128 for aprovado, os microempreendedores individuais poderão aderir ao Supersimples e ficar isentos da maior parte dos tributos.

Com parecer favorável do relator na CAE, senador Adelmir Santana (DEM-DF) – que também preside o Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae –, o projeto agora busca acordo entre as lideranças partidárias para que as emendas incluídas no relatório possam ser aprovadas em consenso tanto no Senado quanto na Câmara, para onde precisaria voltar (veja nesta página).

O texto resolve problemas relativos à cobrança do ICMS e inclui novas categorias no Simples Nacional – sistema diferenciado de tributação criado há dois anos que unificou a cobrança de tributos e

contribuições federais e estaduais (ICMS, ISS, Imposto de Renda, IPI, PIS, Cofins, CSLL e INSS patronal).

Para o presidente nacional do Sebrae, Paulo Okamoto, o projeto “é mais um passo importante para melhorar o ambiente para os pequenos negócios e incentivar a formalização”. Ele confia na aprovação rápida pelo Senado, inclusive com melhorias.



Adelmir Santana, relator do projeto, também preside o Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae

Projeto permite até aposentadoria pelo INSS

Um dos benefícios importantes da formalização dos negócios prevista no texto em discussão na CAE é que o Microempreendedor Individual que aderir ao Simples Nacional ganha o direito de se aposentar pelo INSS pagando R\$ 45,65 mais R\$ 1 de ICMS (caso seja do setor de comércio) e mais R\$ 5 de ISS (do setor de serviços). Se tiver empregado, o empreendedor paga R\$ 12,45 da previdência desse empregado.

Além disso, o MEI também não precisa apresentar nota fiscal, a não ser se comprar de pessoa jurídica. Sua obrigação é apenas a de exigir nota fiscal de quem ele

compra. Também não precisa gastar mais dinheiro para manter em dia a sua contabilidade, novidade que foi aprovada inclusive pelos próprios contadores.

A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) distribuiu aos membros da CAE nota defendendo a aprovação do projeto, se possível ainda este ano, para que possa vigorar “já a partir de 1º de janeiro de 2009”. Para o presidente da entidade, Valdir Pietrobon, “é impossível pensar em desenvolvimento do Brasil sem micro e pequenas em-

presas capazes e eficientes”.

– Ambulantes que antes não tinham perspectiva de se aposentar, agora podem. É o sonho de se legalizar que agora pode ser realizado – celebrou o presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Conempec), José Tarcísio da Silva, em entrevista à Agência Sebrae.

O texto aprovado pela Câmara também permite a inclusão de novos setores econômicos no Simples Nacional, como os de confecção de próteses, serviços de diagnóstico por imagem e laboratório de análises clínicas.

Feirante quer se formalizar

O comerciante pernambucano Sérgio Henrique da Silva divide com o irmão uma barraca na Feira de Caruaru (PE), onde negocia tapetes, mantas, artesanatos de madeiras, incensos e bebidas típicas. A Thaypee Artesanato existe há 15 anos e se encaixa no perfil de microempreendedores abrangidos pelo PLC 128/08.

Herdeiros do negócio criado pelos pais, os irmãos ampliaram a produção inicial, que antes se resumia à venda de artesanato de cerâmica. “Mudamos os nossos produtos de acordo com as tendências do comércio”, explicou Sérgio à Agência Sebrae.

Informal como a maioria dos demais comerciantes da tradicional Feira de Caruaru, Sérgio paga uma taxa à

prefeitura – o chamado “chão” – que lhe permite funcionar no local. Ele admite que jamais teve desejo de se formalizar como empresa com medo da burocracia e dos tributos. “Não temos uma renda muito grande para pagar um contador e os impostos”, justifica.

A informalidade tem seus inconvenientes, admite o comerciante, como as dificuldades para obter crédito. “Tenho conta bancária apenas de pessoa física”, contou Sérgio, que para investir em seu negócio socorreu-se do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos de Pernambuco em Caruaru (Ceape/PE). Antes, a experiência com bancos comerciais provou ser uma rotina de taxas muito altas de juros.

Há consenso sobre maioria dos pontos

Para buscar o acordo, Adelmir Santana e o presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), têm realizado reuniões com parlamentares e representantes dos governos. Segundo Adelmir, as maiores resistências vêm dos fiscos federal e estaduais, em especial por causa de emenda assinada pelos senadores Ideli Salvatti (PT-SC), Renato Casagrande (PSB-ES), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Delcídio Amaral (PT-MS).

A mudança inclui no Simples Nacional setores como clínicas médicas, veterinárias e odontológicas; psicologia e fisioterapia; escritórios de advocacia, arquitetura, engenharia, corretagem de seguros e de representação comercial; e de jornalismo e publicidade. O governo federal e os estados temem, como sempre, perdas de arrecadação.

Adelmir Santana acha que a saída é votar destaques em separado para cada emenda.

Calote pode retirar 400 mil do Supersimples

Por falta de pagamento de impostos, 400 mil micro e pequenas empresas poderão perder as vantagens do Supersimples e ser excluídas do sistema diferenciado de tributação, em vigor desde o ano passado. A Receita Federal e a Fazenda Pública Federal já iniciaram os procedimentos de exclusão de tais empreendedores, com a emissão dos chamados atos declaratórios executivos (ADEs).

Atualmente, participam do Simples Nacional 3.020.849 de empresas. Os devedores estão sendo informados de sua situação e recebendo instruções detalhadas sobre como regularizar seus débitos junto à Receita (os dados podem ser conferidos pelo contribuinte no site www.receita.fazenda.gov.br). O prazo para as empresas recorrerem é de um mês.

A partir de 1º de janeiro de 2009, quem não resolver as pendências será excluído do Simples Nacional.

Recursos do FAT mantêm crédito para pequenos negócios

Para atenuar os efeitos da crise financeira global sobre o setor de micro e pequenas empresas, o governo federal vai liberar R\$ 5,25 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para ampliar o crédito aos pequenos negócios. A notícia foi saudada pelo diretor de Administração e Finanças do Sebrae Nacional, Carlos Alberto dos Santos, que em entrevista à Agência Sebrae avaliou que, “havendo bons projetos ou necessidade de capital de giro, não faltarão recursos”.

Um dos principais operadores dos recursos do FAT, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é o Banco do Brasil. De janeiro a outubro deste ano as operações de crédito feitas pelo Banco do Brasil com micro e pequenas empresas, garantidas pelo Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) – formado por recursos orçamentários do Sebrae –, atingiram R\$ 1,2 bilhão e há ainda espaço para crescimento.

28,7 milhões de empregos

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as micro e pequenas empresas respondem por 28,7 milhões de empregos e por 99,23% dos negócios do país.

O Sebrae calcula que existam no Brasil cerca de 9,2 milhões de empreendedores, dos quais 8 milhões sem nenhum empregado e 1,2 milhão com um empregado.

decisões

CAS acata recomposição de aposentadorias

Projeto de Paulo Paim atrela o valor do benefício ao número de salários mínimos pagos na época da concessão

O substitutivo a projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) que recompõe o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira. A proposta mantém uma paridade constante entre o valor das aposentadorias e o número de salários mínimos que representavam os benefícios na data de sua concessão, sem vinculá-los diretamente.

Pelo projeto de Paim (PLS 58/03), a regra abrangia também os inativos e pensionistas da União, mas essa parte foi retirada durante tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por inconstitucionalidade. Isso porque dispositivo da Consituição prevê que é da competência exclusiva do presidente da República legislar sobre aumento de remuneração e aposentadoria de

servidores públicos.

A decisão dos senadores foi aplaudida com entusiasmo por dezenas de aposentados e pensionistas que lotavam o plenário da comissão. Eles entregaram um manifesto com 1 milhão de assinaturas coletadas pela Confederação Nacional dos Aposentados (Conap), pedindo a aprovação da matéria.

Ao anunciar a aprovação do projeto, que tramita no Congresso desde 2003, a presidente da CAS, Patrícia Saboya (PDT-CE), marcou para esta quarta-feira a votação, em turno suplementar, do substitutivo. O texto, relatado por Expedito Júnior (PR-RO), receberá decisão terminativa na CAS.

Expedito Júnior explicou que a proposta também permite que, no prazo de cinco anos, haja uma recuperação gradativa das aposentadorias pagas atualmente, que perderam seu poder de compra ao longo dos últimos anos.

Ministro pede responsabilidade com propostas que alteram a Previdência

O ministro da Previdência Social, José Pimentel, reuniu-se na terça-feira com o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, para tratar de 105 projetos de lei sobre aposentadorias que tramitam no Congresso sem dispor de previsão orçamentária. “Se esses 105 forem aprovados, vamos comprometer 25% do PIB [produto interno bruto] com benefícios previdenciários”, disse o ministro.

Pimentel adiantou que, na próxima terça-feira, às 14h, voltará a se reunir com Garibaldi; com o relator do Orçamento de 2009,

senador Delcídio Amaral (PT-MS); e o com o presidente da Comissão de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), para discutirem como adequar essas propostas ao Orçamento.

Entre elas, encontram-se o projeto de lei (PLS 296/03), do senador Paulo Paim (PT-RS), que extingue o fator previdenciário, aplicado no cálculo das aposentadorias, e o PLC 42/07, do Executivo, que fixa uma política de reajuste do salário mínimo, emendado por Paim para que seja aplicado às aposentadorias o mesmo reajuste do mínimo.



Patrícia Saboya (E), presidente da CAS, marcou votação do projeto em turno suplementar para a próxima quarta-feira

Idoso poderá ter fatia maior em programas habitacionais

Os idosos poderão passar a ter acesso a um número maior de unidades residenciais construídas por programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou na quarta-feira parecer de Paulo Paim (PT-RS) a projeto de lei da Câmara (PLC 150/08) que altera o Estatuto do Idoso para garantir o benefício.

O estatuto (Lei 10.741/03) reserva aos idosos 3% dos imóveis residenciais construídos em programas governamentais. A justificativa para essa modificação faz referência ao aumento do número de idosos no país. Ao ler parecer favorável ao projeto, Paim, autor do Estatuto do Idoso, explicou que se trata de uma mudança “muito pequena, mas que pode trazer benefícios aos idosos”.

– Hoje há um limite de 3%. Agora será um mínimo de 3% – explicou Paim. A proposta segue para análise do Plenário. A CDH também aprovou um projeto de lei que obriga os notários e oficiais de registro a encaminhar à corregedoria dos tribunais, para fins de publicação, até 31 de março de cada ano, relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior.

Vigilantes têm aprovado adicional de periculosidade

A Comissão de Assuntos Sociais acolheu na quarta-feira voto favorável do relator José Nery (PSOL-PA) a projeto de lei que concede adicional de periculosidade aos vigilantes, no valor de 30% de seus respectivos salários. A proposta, aprovada em decisão terminativa, abrange os setores de vigilância patrimonial e pessoal e de transporte de valores.

Pelo projeto (PLS 682/07), da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), esse adicional é calculado sobre os salários dos vigilantes, não abrangendo o valor de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas.

A CAS também aprovou parecer favorável de Jayme Campos (DEM-MT) a projeto do então senador Sibá Machado determinando que o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) seja dirigido pelo presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A proposta determina o repasse automático de 10% da arrecadação da entidade a projetos educacionais. A matéria (PLS 614/07) será ainda votada em decisão terminativa na Comissão de Agricultura (CRA).

museus

Diretor do Iphan diz que Estatuto dos Museus foi amplamente discutido

Em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a aprovação do Estatuto dos Museus foi defendida por José do Nascimento Júnior, do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan).

O projeto de estatuto (PLC 115/08) é de autoria da Comissão de Educação e Cultura da Câmara

ra e recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente da Associação Brasileira de Museologia (ABM), Antônio Carlos Vieira, considerou a importância de se constituir um marco regulatório para o setor. O diretor-presidente do Museu de Arte Moderna (MAM-RJ),

Carlos Alberto Chateaubriand, sugeriu o estabelecimento da fonte dos recursos que o poder público destinará aos museus. Já a professora da Universidade Federal da Bahia Maria Célia Santos disse que é preciso definir museu em conceitos amplos, que considerem “espaços fora das paredes”.



Nascimento Júnior (E), Antônio Carlos Vieira, João Sayad e Augusto Botelho

Secretários de Cultura de São Paulo e Minas Gerais criticam proposta

O secretário de Cultura do Estado de São Paulo, João Sayad, afirmou, na audiência na CE, que o projeto que institui o Estatuto dos Museus não possui objetivos claros e não fornece incentivos suficientes para os pequenos museus.

O secretário de Cultura de Minas Gerais, Paulo Eduardo Brant, criticou a matéria por limitar a “gestão compartilhada com entidades da sociedade civil” apenas à

modalidade de cooperação.

A relatora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu a aprovação da matéria ainda este ano. Marina Silva (PT-AC) manifestou dúvidas quanto ao sucesso da gestão compartilhada entre poder público e iniciativa privada prevista no projeto.

Flávio Arns (PT-PR) pediu a inclusão, no texto, de dispositivo que garanta maior incentivo do poder público a instituições comunitárias sem fins lucrativos.

20 anos da Constituição

Garibaldi, Lula e Gilmar Mendes pregam reforma

Presidentes dos três Poderes participaram, no Congresso Nacional, de sessão em homenagem à promulgação da Carta Magna de 1988

Em sessão solene com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Congresso Nacional comemorou na quarta-feira a passagem dos 20 anos de promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Em seu discurso, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, defendeu a aprovação de reformas como a política e a do Judiciário.

Garibaldi defendeu ainda mudanças no instituto das medidas provisórias e dirigiu-se ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, para lamentar que a corte, às vezes, “aja como se tivesse a função de legislar”. Lula, por sua vez, afirmou que a Carta Magna não é perfeita porque os homens e os políticos não são perfeitos.

Mendes disse que a Constituição garante a normalidade democrática há 20 anos no curso de crises políticas e econômicas e afirmou que ela vem sendo adaptada e reformada, processo do qual o STF tem sido um agente ativo.

– Das nações democráticas do mundo, o Brasil é o país

que apresenta casos emblemáticos de declaração de inconstitucionalidade de emendas constitucionais – declarou Gilmar Mendes.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e o 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), também destacaram o fato de que a reforma da Constituição está prevista no artigo 60 da própria Carta.

Efraim disse que a Constituição de 1988 foi criticada por todos os governos desde sua promulgação. Destacou que a necessidade de reforma é maior

no campo econômico-financeiro e na organização do Estado.

– Não é casual que os pontos considerados críticos nessa Carta

sejam exatamente os referentes aos capítulos da Ordem Econômica e Financeira e da Organização do Estado – lembrou o senador.



Representantes do Judiciário e do Executivo, como o presidente Lula, participaram da sessão solene

JOSE CRUZ

Críticas à “usurpação” do direito do Congresso de legislar

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que a Carta Magna de 1988 criou uma situação não muito equilibrada entre os três Poderes, de modo que o Poder Judiciário “pensa que é Legislativo” e o Poder Executivo legisla por meio de medidas provisórias.

O senador pediu desculpas ao presidente Lula e ao ministro Gilmar Mendes pelas críticas que fez na condição de anfitrião da festa comemorativa do aniversário da promulgação da Constituição.

– Segundo o presidente Lula, na Constituinte ficava-se, às vezes, uma semana sem votar. Hoje, se passa um mês sem votar porque as MPs trancam a pauta – declarou.

Garibaldi ressaltou, porém, que o presidente da República não é culpado pelo uso das medidas provisórias. “O presidente Lula não é culpado, na verdade ele encontrou na sua mão um instrumento capaz de fazer com que as coisas andem no Executivo sem depender do processo parlamentar”, disse o presidente do Congresso.

O presidente Garibaldi Alves plantou, junto com o presidente Lula e o ministro Gilmar Mendes, novas árvores no Bosque dos Constituintes. A iniciativa renova aquela que foi, em 1988, uma das últimas cerimônias da Assembleia Nacional Constituinte – o plantio de árvores perenes –, que teve entre seus objetivos simbolizar as normas legais que passariam a governar a vida do país recém-redemocratizado.

Além dos presidentes da República, do STF e do Senado, participaram o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e vários ex-constituintes.

Lula, que foi constituinte, plantou uma aroeira, a mesma espécie que ele fincou na terra 20 anos atrás. Das cerca de



600 mudas plantadas em 1988, prosperaram cerca de 400. Outras 250 árvores foram replantadas nos 70 mil metros quadrados de área do bosque.

JANE ARAÚJO

Charges e jornais da época

Charges, caricaturas e ilustrações publicadas em vários jornais e revistas nacionais, durante o período de elaboração da Constituição – fevereiro de 1987 a outubro de 1988 –, compõem a exposição *Salão de Humor da Constituinte*, aberta pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. A mostra resgata os debates e as disputas no Congresso, bem como alegrias e frustrações reveladas pela sociedade brasileira, que acompanhava o trabalho de redação da nova Constituição.

Montada no *hall* entre as alas Teotônio Vilela e Tancredo Neves, a mostra, que pode ser visitada até o próximo dia 19, apresenta 40 painéis com reproduções de trabalhos dos artistas Chico Caruso, Henfil, Jimmy Scott, Luiz Miguel Paiva, Paulo Caruso, Elisabeth, Ique, Rocha, Glauco, Goldman, Gougou, Hilde, Kacio, Lan, Lopes, M. Guilherme, Oscar e Spacca.

Também na quarta-feira foi aberta outra exposição que resgata o momento histórico da elaboração da Carta: a mostra de ilustrações do *Jornal da Constituinte*. A exposição enfatiza a contribuição da ilustração, da diagramação e da fotografia daquele periódico.

Vitória de Barack Obama é aplaudida pelo Senado

Garibaldi Alves celebrou a eleição do democrata Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos. O presidente do Senado disse ter certeza de que a chegada de Obama à Casa Branca significará um melhor relacionamento entre Estados Unidos e América Latina.

– Foi uma demonstração de que a política que estava sendo levada a efeito pelos republicanos era uma política errada, intervencionista. É uma demonstração de que, agora, o presidente americano vai procurar um melhor relacionamento não apenas com a América Latina, mas com o mundo inteiro.

Garibaldi frisou que hoje o mundo assiste não só à realização do sonho americano, mas a uma mudança extraordinária. Em sua opinião, a eleição é um fato histórico da maior relevância, o que só aumenta a responsabilidade do eleito.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) elogiou o processo eleitoral dos Estados Unidos e desejou sucesso a Barack Obama. Lembrou que o futuro presidente daquele país enfrentará grave crise econômica, “com sinais claros de recessão”. Virgílio solicitou à Mesa o envio, à embaixada norte-americana no Brasil, de cópia de seu pronunciamento, com congratulações a Obama.

Ao elogiar a competência política do presidente eleito dos

Estados Unidos, Arthur Virgílio se disse esperançoso de que Barack Obama inove nas relações com o Brasil, abrindo um “diálogo fraterno” com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o senador, Lula deve sensibilizar Obama no sentido de demonstrar que as mudanças não serão completas se também não forem rompidas as práticas protecionistas nas relações comerciais. Arthur Virgílio parabenizou a nomeação do brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade para a Corte Internacional de Justiça, em Haia, que é o principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas (ONU).

O resultado das eleições nos Estados Unidos foi ainda comentado por Raimundo Colombo (DEM-SC), para quem a crise econômica deu a vitória a Barack Obama. Ele destacou o significado simbólico e social da eleição, por ser Obama o primeiro presidente negro dos EUA.

Raimundo Colombo observou que, enquanto o debate eleitoral se restringia à questão da guerra do Iraque e à política externa, Barack Obama não abriu vantagem nas pesquisas. Segundo ele, o presidente eleito “mostrou talento político e capacidade de comunicação”. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) também ressaltou o significado simbólico da vitória de Obama.



Senadores saudaram a eleição do negro e democrata Barack Obama para a Presidência dos EUA e criticaram a política implementada pelos republicanos

FLICKR

CDH envia mensagem a eleito prevendo “tempos de mudança”

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) enviará mensagem ao presidente eleito dos Estados Unidos, o senador democrata Barack Obama, manifestando confiança “nos novos tempos de mudanças e em relações internacionais menos tensas e mais baseadas na cooperação entre os povos, principalmente em relação ao meio ambiente”.

A mensagem, proposta pelo senador José Nery (PSOL-PA), foi elogiada pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), que destacou a vitória do senador negro nos EUA.

– Hoje é um dia histórico não somente para os Estados Unidos, mas para todo o mundo – disse

na quarta-feira o senador pelo Rio Grande do Sul.

Segundo Paim, a vitória de Obama foi uma demonstração de que a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos deu frutos, e que o futuro é de mudanças, de olhar otimista, aglutinador e conciliador.

Ao classificar a eleição de “mudança quase revolucionária”, o parlamentar ressaltou que a escolha dos americanos está sendo bem-vista em todos os continentes e por cidadãos de variadas etnias e credos religiosos. Paim disse também ter-se lembrado de grandes líderes como Malcolm X, Zumbi dos Palmares, Martin Luther King, Nelson Mandela e Gandhi.

institucional

Comissões podem ter maior poder decisório

Estudo sobre mudança no regimento, visando dar maior agilidade ao processo legislativo, sugere fortalecimento das comissões permanentes

O fortalecimento do poder decisório das comissões permanentes do Senado Federal é uma das estratégias para dar maior agilidade aos trabalhos da Casa, contidas em estudo apresentado na quinta-feira pelo grupo de assessoramento à Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno. Também como forma de tornar

mais eficiente a produção legislativa, sugere a adaptação do regimento ao processo legislativo eletrônico.

De acordo com a minuta de projeto de resolução entregue à comissão especial, as comissões permanentes passariam a dar voto final também sobre propostas aprovadas por colegiados da Câmarados Deputados e sobre

tratados e acordos internacionais hoje.

O estudo, coordenado pela secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, propõe ainda mudanças nas normas sobre os pronunciamentos em Plenário. A minuta será analisada pelos senadores que integram o colegiado, presidido pelo senador Marco Maciel.



Valadares (E), Maciel e Papaléo acompanham exposição de Cláudia Lyra sobre o estudo do grupo de assessoramento

Maciel quer aprovação de mudanças no regimento este ano

Marco Maciel (DEM-PE) defendeu a rápida aprovação de mudanças nas normas dos trabalhos do Senado. O parlamentar foi eleito quinta-feira presidente da Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno. O colegiado deve propor um pro-

jecto de resolução com as novas regras, tendo por base o estudo de um grupo de assessores.

– Com o estudo, identificamos as partes que devem ser modificadas e agora os membros da comissão vão apresentar sugestões. Em 15 dias, começa-

remos a análise de cada um dos dispositivos para que possamos concluir a proposta e, quem sabe, submetê-la à deliberação do Plenário ainda este ano, para que na próxima sessão legislativa já tenhamos um novo Regimento Interno.

Advocacia esclarece edital do concurso para o Senado

A descrição das atividades de advogado do Senado, prevista no edital 2/08 de concurso público para o cargo, especificamente no que se refere à representação judicial e extrajudicial da Casa, respeita o artigo 131 da Constituição, observadas as atribuições privativas da Advocacia Geral da União.

O esclarecimento é da Advocacia do Senado, a pedido da Associação Nacional dos Advogados da União (Anau-ni), em nota divulgada sexta-feira. Segundo a nota, o esclarecimento é uma mera interpretação e não altera o edital. A primeira etapa do concurso foi realizada neste último domingo.

Camata propõe regras para evitar fraudes em provas

Os concursos públicos poderão passar a ter uma legislação específica, com regras claras que vão tratar desde a elaboração do edital e das provas até os critérios para a posse do candidato.

As normas estão contidas em projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) e começaram a ser analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). “O projeto visa eliminar a possibilidade de fraudes”, justificou o parlamentar.

presidência



JANE ARAÚJO

Os presidentes do Senado e da Câmara, Garibaldi Alves e Arlindo Chinaglia (3º e 4º à esquerda), reuniram-se na semana passada para escrever mensagens e dobrar os papéis em origamis, colaborando com a montagem de um painel que homenageará os cem anos da imigração japonesa para o Brasil. Também participaram o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA); os deputados William Woo (PSDB-SP) e Osmar Serraglio (PMDB-PR) e outras autoridades.

ANISTIA

Sobre o pedido de informações que o Supremo Tribunal Federal encaminhou ao Senado sobre a Lei de Anistia, questionando o perdão de crimes dos militares que, durante a ditadura, praticaram atos de tortura e de seqüestro, Garibaldi Alves afirmou que “a lei já está cumprida e não pode ser invocada agora para questionar-se sua aplicabilidade”.

RESSARCIMENTO

Na companhia do líder do PSDB, Arthur Virgílio (PSDB-AM), o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, esteve com Garibaldi Alves para defender a aprovação de um ressarcimento para os estados exportadores em razão da Lei Kandir. Aécio disse que os estados deixam de arrecadar o total de R\$ 20 bilhões em razão da desoneração das exportações.

DEFESA NACIONAL

Em almoço de lançamento da Frente Parlamentar de Defesa Nacional, na última quarta-feira, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, fez um discurso conclamando o país a pacificar-se com o passado e dedicar suas energias a construir o futuro. A tese do ministro coincide com a de Garibaldi Alves sobre a Lei de Anistia.

LIVRO

Garibaldi Alves participou na última terça-feira do lançamento do livro *Momento pensante – crônicas, ensaios, artigos, reflexões*, do jornalista Públio José. O lançamento também contou com a presença de Papaléo Paes (PSDB-AP), Renato Casagrande (PSB-ES), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Paulo Duque (PMDB-RJ), entre outras autoridades.

Garibaldi sugere maior reflexão sobre fim da exigência de terno

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, vai conversar com o senador Gerson Camata (PMDB-ES) a respeito do projeto que o parlamentar capixaba pretende apresentar para que a instituição acabe com a obrigatoriedade de terno e gravata como indumentária masculina.

– Creio que a obrigatorie-

dade do terno e da gravata precisa passar por um período de transição. Se isso for mudado rapidamente, vai haver um choque visual. Vão aparecer camisas esportes e vai terminar havendo uma liberação geral. Vou conversar com o Camata e conhecer melhor suas intenções, seus critérios – declarou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Rádio Senado FM tem nova programação

A partir desta segunda, os ouvintes podem acompanhar os programas em novos horários, conferir as estréias e sugerir temas por e-mail ou telefone

A Rádio Senado FM estréia uma nova programação nesta segunda-feira. Uma das novidades é o programa *Conexão Senado*, que irá ao ar de segunda a sexta-feira às 8h, e não mais às 12h. O programa terá entrevistas sobre assuntos em discussão no Congresso, previsão do tempo, situação nos aeroportos, entre outras informações.

A faixa de programas temáticos passa de 8h30 para 7h30: *Senado Economia* (segunda), *Es-*

tação da Mídia (terça), *Pergunte ao Doutor* (quarta), *Sintonia Ambiental* (quinta) e *Visão Política* (sexta). O *Fique por Dentro da Lei* será veiculado em novo horário: às segundas-feiras, às 10h.

Outra novidade é o *Senado em Dois Minutos*, que será apresentado às 7h10 e às 7h20. Trata-se de um resumo das principais notícias da Casa, em um formato rápido e objetivo.

Os ouvintes poderão sugerir temas para os programas da

Rádio Senado por meio do endereço eletrônico radio@senado.gov.br ou do serviço Alô Senado, no número 0800 61 2211 (ligação gratuita).

A Rádio Senado FM transmite para Brasília e regiões vizinhas na frequência de 91,7 MHz e agora, em caráter experimental, para Natal em 106,9 MHz. Os programas da emissora são distribuídos para mais de 1.400 emissoras no país por meio da Rádio Agência, no endereço www.senado.gov.br/radio.



O processo movido pelos militares contra o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony (foto) é um dos assuntos tratados no livro do entrevistado Arnaldo Godoy

ALEXANDRE CAMPBELL/FOLHA IMAGEM

Professor fala sobre história do STF

A atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) durante o Estado Novo e, mais tarde, no regime militar (1964-1985) foram objeto da pesquisa do professor Arnaldo Godoy, doutor em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, entrevistado do programa *Fique por Dentro da Lei* desta terça-feira, na Rádio Senado.

Ele reconstituiu sete processos políticos, levando em consideração a garantia dos direitos individuais e as pressões políticas sofridas pelo tribunal em diversos períodos históricos. Casos

célebres como o que resultou na deportação da militante comunista Olga Benário, esposa do líder Luiz Carlos Prestes, e o processo movido pelos militares com base na Lei de Segurança Nacional contra o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony são alguns dos episódios abordados por Godoy no livro *A história do Supremo Tribunal Federal - Direito entre foices, martelos e togas*.

Senado FM e Ondas Curtas
Terça-feira, dia 11, às 10h
Internet: terça-feira

Estação da Mídia estréia com entrevista de Garibaldi

A partir desta terça-feira, um novo programa – *Estação da Mídia* – vai ao ar na Rádio Senado. Produzida pelo jornalista Rogério Dy La Fuente, a nova atração tem a proposta de discutir o papel dos meios de comunicação em seus diversos aspectos, como jornalismo, publicidade, cinema e televisão.

O entrevistado do programa de estréia é o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho. Entre outros assuntos, o senador fala sobre a sua relação com a imprensa e como a cobertura da mídia mudou a maneira de se fazer política no Poder Legislativo.

O *Estação da Mídia* será veiculado sempre às terças-feiras, das 7h30 às 8h.

Senado FM – estréia dia 11, às 7h30
Internet: terça-feira

Crise financeira mundial é tema do Conexão Senado

O quadro “Entrevista Especial” do *Conexão Senado*, da Rádio Senado, terá como tema, nesta segunda-feira, a crise financeira mundial que também atinge o Brasil, alterando a previsão de receitas e despesas. Segundo o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o país deve arrecadar R\$ 15 bilhões a menos no ano que vem. Por isso, haverá cortes em custeio e investimentos. Como ficará o Orçamento de 2009? Os cortes vão afetar a vida da população? Que gastos públicos devem ser priorizados? O programa vai ouvir a opinião de parlamentares e especialistas.

Senado FM e Ondas Curtas
Segunda-feira, dia 10, às 8h
Internet: segunda-feira

Desaceleração da indústria

O convidado do *Senado Economia*, da Rádio Senado, nesta segunda-feira, é o economista Leonardo Mello, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele é um dos coordenadores da Pesquisa Industrial Mensal (PIM). O estudo aferiu um crescimento de 9,5% da indústria brasileira em setembro em

relação ao mesmo mês do ano passado, mas uma considerável desaceleração em outubro, por conta da crise de crédito.

Senado FM
Segunda-feira, dia 10, às 7h30
Internet: sexta-feira, dia 7



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Vídeo Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tectsat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

voz do leitor

Caso Eloá

"Apesar de termos uma Constituição que, ao ser promulgada, acabou com a ditadura militar, ainda somos submissos aos militares. O caso de Eloá que ocorreu em São Paulo é exemplo de tal situação. Mesmo com a testemunha principal dizendo que não houve tiros, os militares continuam afirmando que só invadiram o apartamento após ouvirem disparos. Parece que no Brasil existem dois tipos de leis, uma para o povo brasileiro e outra para os militares.

Pergunto: quem estará falando a verdade, a liberdade do povo brasileiro ou a ditadura militar que existe nos quartéis escondendo o que é certo?"

Sandro Marinho da Silva, do Recife (PE)

Piso para policiais

"Sugiro a criação de um projeto de lei que estipule um piso salarial de nível nacional para os policiais militares e civis. Não é justa perante a Constituição Federal essa diferença salarial."

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

Lei Seca

"Sou a favor da Lei Seca, pois foi muito útil para a redução de acidentes no trânsito."

Cleyton Carlos Silbernagel, Duque de Caxias (RJ)

Violência contra idosos

"Sugiro que seja estudada a convocação de força-tarefa de voluntários, encaminhamento

e treinamento com informação jurídica e psicológica para que todos seus componentes possam auxiliar as polícias no combate à agressão contra idosos e pensionistas nas áreas mais críticas do Piauí. Só assim poderemos conter e prevenir todos os atos criminosos que ocorrem com frequência nas áreas rurais do Piauí e de outras fronteiras."

Nivaldo Luiz da Silva, de Barras (PI)

Pedofilia e vontade política

"Não existem leis corretas para que o crime de pedofilia não mais aconteça. O que está faltando é vontade política.

Sugiro que o Congresso Nacional se una para criar leis que beneficiem a população. Espero que o senador Magno Malta tenha sucesso no combate à pedofilia."

Jairo de Souza Laguna, de Xangri-Lá (RS)

Iniciativas do Senado

"Acredito que a educação é a alavanca para o Brasil do futuro, por isso quero parabenizar o Senado Federal pela aprovação de projetos importantíssimos para a área educacional.

Também quero ressaltar a importância da juventude nesse aspecto, que tem que ser a protagonista nessa ação. Por isso seria muito gratificante para a nação a criação de um Senado Jovem, como existe o Senado Verde, para a participação da juventude na política do Brasil."

Fabício Lima da Paz, de São Paulo (SP)

frases



Hoje há uma mudança e essa mudança se chama Barack Obama.

Achei fundamental que ele se elegeisse, até para vencer essa crise financeira que assusta o mundo, que é também uma crise de natureza psicológica

Garibaldi Alves, celebrando a vitória democrata nos Estados Unidos.

Um país em que, nos últimos anos, o presidente desenvolveu uma política econômica muito conservadora, sem diálogo, sem debate interno, agora aponta para uma política em que a sociedade será ouvida

Renato Casagrande, idem.

O presidente [da República] fica dizendo que estão torcendo contra. Não tem nada disso. Ele está fazendo política com a crise. Isso não dá

Sérgio Guerra, negando que a oposição torça pelo "quanto pior, melhor" com relação à crise, conforme afirmou Lula.

O Plano de Aceleração do Crescimento [PAC] não passou até o momento de um plano de aceleração da comunicação

Flexa Ribeiro, ao criticar os números do balanço do PAC anunciados pelo governo.



É uma iniciativa pioneira que abre um conjunto de possibilidades para que no Brasil se tenha uma espécie de mecenato para a questão ambiental

Marina Silva, comemorando a aprovação do projeto que isenta de tributos doações para o combate ao desmatamento.

Tudo o que já foi feito até agora é ótimo, mas não resolve o problema do indivíduo, que é o grande motor do setor da cadeia produtiva da construção civil. Tem que ampliar o crédito para as pessoas poderem comprar o seu material picado mesmo

Ideli Salvatti, em defesa da ampliação do crédito para a construção civil.

A oposição não quer criar dificuldades, e, sim, viabilizar soluções para a crise. Mas também não vai fazer papel de inocente útil nas mãos de demagogos

Arthur Virgílio, sobre a postura dos opositores a respeito da criação de novos postos no serviço público e do aumento para servidores.

O predomínio da anorexia é evidente na indústria da moda, que associa a idéia de beleza à imagem de corpos esqueléticos

Rosalba Ciarlini, relatora do projeto que impede o emprego de modelos muito magras em mensagens publicitárias e desfiles de moda.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

Governo estuda ponte alternativa em Porto Alegre

"Como está o andamento do projeto da ponte móvel do rio Guaíba?"

Luiz Machado, Viamão (RS)

O senador **Sérgio Zambiasi (PTB-RS)** responde:

Na semana passada nós comemoramos o início dos estudos de viabilidade técnica para a construção da nova ponte sobre o rio Guaíba, autorizada pela ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff. Sempre defendi, como você deve saber, a construção da ponte alternativa, ressaltando a importância desse projeto para o desenvolvimento do estado e especialmente para a integração com a nossa metade sul. A fim de construir um entendimento, conversamos com os diferentes segmentos da sociedade em busca de consenso sobre a importância da obra. Não é fácil formar uma rede tão expressiva no seio

da sociedade e uni-la em torno de um mesmo interesse, mas isso foi conseguido. A nossa disposição é a de levar o projeto até o final, até a realização da obra, pois ela representa infra-estrutura adequada para os gaúchos nos próximos 50 anos. Na década de 50, nossa capital tinha cerca de 500 mil habitantes e atravessavam a ponte pouco mais de 400 veículos por dia. Hoje, passam em média 30 mil automóveis, caminhões, ônibus, ambulâncias, carroças etc., diariamente. Inaugurada em dezembro de 1958, a ponte do Guaíba representou para a época um avanço arquitetônico e tecnológico sem precedentes. A ponte possui um vão móvel, que ao ser içado permite a passagem de navios de grande porte, que, entre outras coisas, abastecem o estado com gás de cozinha ou atendem às demandas do pólo petroquímico, o que permitiu unir o norte do estado e a região metropolitana de Porto Alegre à metade sul. Esses vários içamentos diários provocam um desgaste da ponte, além de um verdadeiro caos no trânsito não apenas local, mas estendendo-se

a várias ruas e avenidas da capital. Os problemas provocados no cotidiano das pessoas chegam a ser gravíssimos. Gente chegando atrasada ao trabalho, perdendo vôos, provas na escola, entrevistas de emprego, consultas e exames médicos, gente doente correndo risco de perder a vida. Para você ter uma idéia, prezado Luiz Machado, mais de 6 mil ambulâncias passam pela ponte todo ano. Por isso, a notícia do início dos estudos para a construção da ponte nos enche de alegria.



Zumbido pode ser sintoma de perda de audição

Cerca de 8 milhões de brasileiros são afetados pelo zumbido, um sintoma que pode indicar perda auditiva. Por isso, o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Surdez será lembrado pela Sociedade Brasileira de Otolgia nesta segunda-feira, dia 10, com uma advertência sobre os riscos que aparelhos como tocadores de mp3 podem trazer à audição. Veja aqui como evitar a exposição excessiva a ruídos.

A Lei 11.291/06 determina que o fabricante ou importador de equipamentos eletrônicos deverá inserir nos produtos texto de advertência sobre os eventuais danos ao sistema auditivo submetido a potência superior a 85 decibéis. Mas é comum a exposição diária a ruídos acima desse limite, como o hábito – sobretudo entre adolescentes – de ouvir música alta em aparelhos de mp3. Em seu volume máximo, esses equipamentos podem atingir uma intensidade de até 120 decibéis.

De acordo com estudo do Comitê Científico Europeu de Riscos à Saúde, publicado no mês passado, o uso de tocadores de mp3 com fone intra-auricular (que fica dentro do ouvido) favorece a perda de audição. A pesquisa revela que adolescentes e jovens na faixa dos 20 anos não perceberiam a diminuição da acuidade auditiva imediatamente. Os efeitos nocivos da música alta só serão notados dentro de uma década ou quando entrarem na faixa dos 30 anos, segundo avaliação dos pesquisadores.

A otorrinolaringologista Tanit Ganz Sanchez, que coordenou o estudo da USP, afirma que a procura por tratamento auditi-

vo entre os jovens aumentou cerca de 20% entre 2005 e 2007. Dados da Sociedade Brasileira de Otolgia (SBO) indicam que entre 30% e 35% das perdas auditivas são creditadas a sons intensos em ambientes profissional ou de lazer. Os especialistas explicam que a surdez relacionada à exposição a sons intensos é cumulativa e que, uma vez cessada a exposição a ruído excessivo, a perda de audição estaciona, mas não regride.

A pesquisadora da USP esclarece que, além de ser um dos primeiros sintomas da perda auditiva causada por exposições rápidas a sons fortes ou prolongadas a sons que podem ser potencialmente lesivos, o zumbido pode ser gerado por estresse e má alimentação e estar associado a infecções de ouvido, depressão e ansiedade. Pode ser ainda, segundo a SBO, a manifestação de uma doença sistêmica como pressão alta, diabetes e doenças da tireóide. O som pode ser intermitente ou contínuo, fraco ou bastante perturbador e se assemelhar a um som de chiados, panela de pressão, cachoeira ou escape de ar, entre os mais comuns relatados.



ANNA PEISI/CORBIS

Adolescentes compartilham música em um aparelho de mp3: a intensidade sonora desses equipamentos pode chegar a até 120 decibéis. Danos auditivos costumam aparecer em 10 anos

Como identificar deficiências

Segundo a Sociedade Brasileira de Otolgia, de três e cinco crianças em mil nascem surdas no Brasil. A entidade informa ainda que de 50% a 75% das deficiências auditivas são detectáveis no berçário por meio do exame de Emissões Otoacústicas Evocadas, conhecido como teste da orelhinha. O exame, rápido e indolor, é feito 48 horas após o nascimento do bebê e serve para revelar se o recém-nascido tem algum problema auditivo e evitar problemas na fala e no aprendizado da criança. Nessa fase, diz o otologista Luiz Carlos de Sousa, é possível melhorar e até mesmo recuperar a audição em quase 100% dos casos.

O otorrinolaringologista José Geraldo Pavan avisa que é importante descobrir qualquer tipo de distúrbio o mais precocemente possível e recomenda em que situações a criança deve ser levada ao especialista. De acordo com Pavan, se a criança ouve bem, ela deve apresentar os seguintes comportamentos:

Do nascimento até 3 meses:

✓ Acorda com barulhos fortes

De 3 a 6 meses:

✓ Vira cabeça em direção a um chamado

De 6 meses a 1 ano:

✓ Balbucia palavras (papá, mamã, dadá)

De 1 a 2 anos:

✓ Compreende palavras comuns como não, água, até logo etc.

✓ Fala as primeiras palavras e começa

a formar frases

Maiores de 2 anos:

✓ Fala normalmente e não troca letras

✓ Assiste à TV em volume normal

Quando é obrigatório um exame de audição:

✓ Se tem parentes que nasceram surdos

✓ A mãe teve rubéola na gravidez

✓ O parto foi demorado

✓ A escala de Apgar (nota da criança ao nascer) foi baixa

✓ Foi prematuro (nasceu com menos de 1,5kg)

✓ Teve icterícia ao nascer

✓ Nasceu com defeito físico

✓ Teve meningite

✓ Sofreu algum trauma na cabeça

✓ Tomou antibióticos aminoglicosídeos

A criança deve ser levada imediatamente ao otorrinolaringologista se:

✓ Tiver qualquer suspeita de que ela possa não estar ouvindo bem

✓ Estiver num dos grupos de risco já citados

✓ O desenvolvimento da fala não corresponde à idade

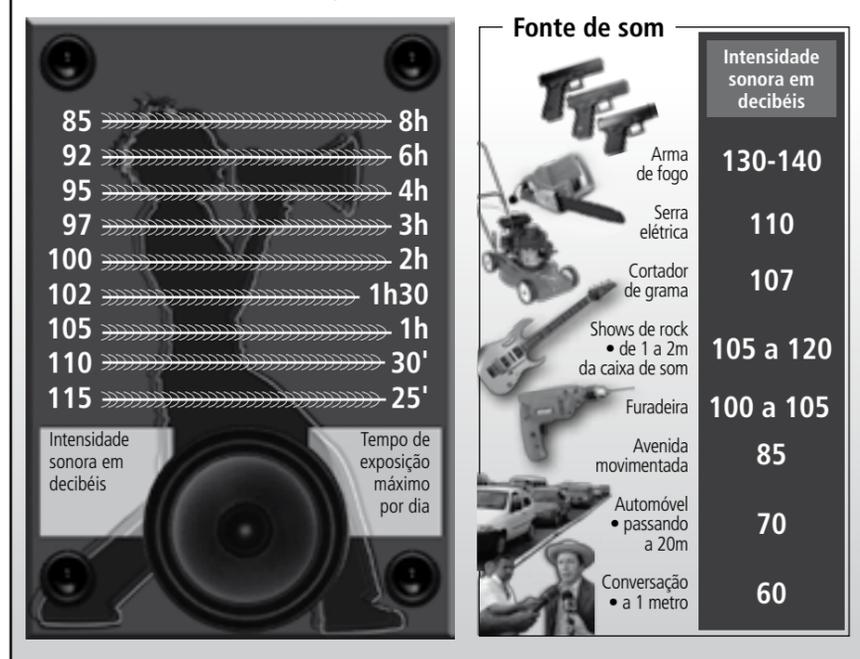
✓ Tem problemas no aprendizado escolar

✓ Tem problemas de relacionamento social

✓ Tem problemas para respirar bem

✓ Teve mais de três otites (infecções de ouvido) no período de um ano

Veja as fontes de som, suas intensidades sonoras e os limites de exposição recomendados pelos médicos:



Algumas dicas para proteger o ouvido ao usar aparelhos de mp3

- ✓ Não ultrapasse o volume médio
- ✓ Evite o escape do som pelo fone (observe se o som está sendo ouvido pelas pessoas ao redor)
- ✓ Evite ficar mais de duas horas seguidas ouvindo mp3
- ✓ Procure ajuda médica tão logo seja percebida qualquer alteração na audição



Procure um especialista se sua resposta for "sim" a pelo menos uma destas perguntas

- ✓ Você costuma pedir para que as pessoas repitam o que acabaram de dizer?
- ✓ Você prefere o volume da TV mais alto do que as outras pessoas?
- ✓ As pessoas parecem estar murmurando quando falam com você?
- ✓ Você tem zumbido nos ouvidos?
- ✓ Você responde coisas diferentes das que foram perguntadas?
- ✓ Você sente dificuldades durante conversas ao telefone?
- ✓ Você escuta o que as pessoas falam mas não entende?

Saiba mais

Sociedade Brasileira de Otolgia (SBO)

Av. Indianópolis, 740 - Moema
São Paulo (SP) - CEP 04062-001
(11) 5052 9515
www.saudeauditiva.org.br
www.sbotologia.org.br

Instituto Central do Hospital das Clínicas Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 255
São Paulo (SP) - CEP 05403-900
(11) 3069-6000